DISCURSOS SELECIONADOS DO
PRESIDENTE JOÃO GOULART

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Discursos Selecionados do Presidente João Goulart

Wanielle Brito Marcelino
Organizadora

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas
Fábio Fonseca Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

Goulart, João (1918-1976)
Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.
100p.

ISBN: 978-85-7631-193-5

1. Brasil. Presidente (1961-1964) : João Goulart - Discursos. 2. Poder Executivo - Brasil. I. Marcelino, Wanielle Brito (Org.). II. Título.

CDU: 342.511.7(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Biografia, 7

Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista, 9

Discurso ao presidir a solenidade de lançamento do maior navio mercante construído à época no País, 13

Discurso de encerramento no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 15

Discurso no Palácio do Planalto, ao sancionar a lei que aprova o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 19

Discurso ao instalar o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, 23

Discurso perante o Conselho da Organização dos Estados Americanos, 27

Discurso no banquete oferecido pelas associações americano-brasileiras, 31

Discurso em solenidade no Palácio das Laranjeiras, ao ser instalada a Eletrobrás, 37

Discurso no almoço oferecido no Palácio da Alvorada a U Thant, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, 43

Discurso no Palácio das Laranjeiras, ao serem firmados acordos entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e sua associada S. A. Mineração Trindade, para exportação de minério de ferro, 47

Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar, 51

Discurso na solenidade de instalação da VII Conferência Regional da FAO para a América Latina, 55

Discurso na solenidade de assinatura de contrato entre a Central Elétrica de Urubupungá e firmas italianas, relativo à construção de usina hidrelétrica, 59

Discurso na sede do Automóvel Clube, ao iniciar a jornada cívica pelo plebiscito de 6 de janeiro de 1963, 63

Discurso sobre Política Externa e Dívida Brasileira, 71

Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 79

Anexos: Crise de Cuba: Troca de Cartas entre os Presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, 91

Biografia de João Goulart

João Belchior Marques Goulart, mais conhecido por Jango, nasceu no dia 1º de março de 1918, em São Borja (Rio Grande do Sul) e veio a falecer em dezembro de 1976.

Em 14 anos ele passou de deputado estadual, que se elegeu com pouco mais de quatro mil votos para a Assembleia gaúcha em 1947, a presidente da República, em 1961.

Mais impressionante ainda foi sua queda. Em dezoito dias, o líder popular que prometia uma "revolução pacífica" com as "Reformas de Base", perdeu o governo e teve que exilar-se no Uruguai para salvar a vida. Morreu 12 anos depois, quando se preparava para voltar e ser apenas o estancieiro Jango.

Jango herdou um governo conturbado, assumindo a presidência dias depois da renúncia de Jânio Quadros. Mesmo sendo vetado pelos militantes em sua sucessão a Jânio, João Goulart conseguiu assumir o cargo, mas na condição de um governo parlamentarista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (RGS), João Goulart: perfil, discursos e testemunhos. Série: Parlamentares Gaúchos.

Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista

Brasília, 7 de setembro de 1961.

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas junto ao governo brasileiro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, eminentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, Srs. Congressistas, brasileiros.

Assumo a Presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a Nação.

A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional.

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada.

Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de defendê-la, no patriótico objetivo de defendê-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria Brasileira.

Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e

para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia.

Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma união nacional que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento. Permitam, entretanto, Senhores Congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha.

Souberam Vossas Excelências resguardar, com firmeza e sabedoria, o exercício e a defesa mesma do mandato que a Nação lhes confiou. Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu *referendum* supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante.

Surpreendido quando em missão do meu país no exterior, com a eclosão de uma crise político-militar, não vacilei um só instante quanto ao dever que me cabia cumprir. Desde logo pude avaliar a extensão e o sentido exato da mobilização de consciências e vontades em que irmanaram os brasileiros, para a defesa das liberdades públicas. Solidário com as vivas manifestações de nossa consciência democrática, de mim não se afastou, um momento sequer, o pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. Tudo fiz para não marcar com sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília.

Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos.

Promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança das instituições, da garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional.

Srs. Congressistas, reclamamos a união do povo brasileiro e por ela lutaremos com toda a energia, para, sob inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o país para a luta interna em que nos devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica, contra o pauperismo e o subdesenvolvimento.

Dirijo-me especialmente ao Presidente Pascoal Ranieri Mazzilli, cujas virtudes cívicas desejo proclamar; ao Congresso Nacional que tive a honra de presidir nestes últimos seis anos e que agiu, na emergência, na defesa intransigente do regime democrático; à Igreja Católica, que é a de minha confissão, e que desde o primeiro instante se manifestou pela legalidade, na voz autorizada de seus prelados; às outras igrejas que também defenderam a Constituição; aos estudantes que lutaram intrepidamente pela preservação da ordem democrática; às forças da produção que se colocaram ao nosso lado, por saberem que somos fator de equilíbrio, harmonia e conciliação no jogo das tensões sociais; à imprensa, ao rádio e à televisão, que, com indomável bravura, resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento; às Forças Armadas, que permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram à proteção da ordem jurídica; aos governadores dos Estados que resistiram na defesa da legalidade; aos trabalhadores do Brasil, que deram uma interessante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática; a todos, como Presidente da República, dirijo os agradecimentos do país e formulo um apelo para que não nos faltem em nenhum momento com o seu apoio e solidariedade, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria comum.

Ao Poder Judiciário desejo prestar uma homenagem toda especial, ao vê-lo cada vez mais prestigiado pela reafirmação popular de respeito e acatamento às leis.

Sob meu governo, todas as liberdades públicas estarão desde logo asseguradas, com a suspensão de quaisquer medidas administrativas impostas contra as garantias estabelecidas na Constituição da República.

Senhores Congressistas, o destino, numa advertência significativa, conduziu-me à Presidência da República na data da independência política do Brasil.

Vejo na coincidência um simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta magistratura da Nação.

Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à Pátria com todas as forças, com energia e sem temores, e defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro.

Discurso ao presidir a solenidade de lançamento do maior navio mercante construído à época no País

Angra dos Reis (RJ), 27 de outubro de 1961.

Com o lançamento ao mar, nesta solenidade, do maior navio mercante até agora construído no Brasil, abrem-se novas e promissoras perspectivas à realização do programa governamental que tem por finalidade resolver, em definitivo, o grave problema dos transportes marítimos do País.

Nesta enseada histórica de Jacuacanga, teatro da fatalidade que arrastou ao sacrifício derradeiro o encouraçado "Aquidaban", ergue-se, hoje, magnífica e moderna oficina de trabalho, fruto do esforço empreendedor dos brasileiros e exemplo eloquente de boa cooperação com a técnica e o capital estrangeiros.

Em nosso país, o transporte marítimo e fluvial, por circunstâncias diversas, entre as quais avultam as provocadas pelas enormes perdas e os desgastes sofridos pela nossa frota mercante na última Grande Guerra, caiu em processo de desagregação, com prejuízos consideráveis para o progresso nacional. As deficiências da nossa Marinha Mercante têm sido de tal vulto que chegaram a se transformar em "ponto de estrangulamento" da vida econômica do País.

Instituído o Fundo de Renovação da Marinha Mercante, o Governo Federal encontrou finalmente o instrumento adequado para planejar e executar, em rigorosas bases técnicas, o renascimento da indústria de construção naval, pelo estímulo sistemático à iniciativa privada brasileira e estrangeira. No entanto, apesar dos apreciáveis resultados já alcançados, a

arrecadação dos recursos financeiros destinados ao Fundo de Marinha Mercante está-se evidenciando cada vez mais insuficiente no atendimento às necessidades sempre crescentes do nosso progresso.

Em matéria de construção de navios, ainda estamos longe de acompanhar o ritmo de produção reclamado pelo desenvolvimento nacional. É necessária, portanto, uma reformulação também nesse setor da economia brasileira, a fim de que possamos alcançar os níveis mínimos indispensáveis.

O navio que hoje lançamos às águas ostenta, como um chamado constante e vigoroso à realização de novas iniciativas, o nome de Henrique Lage, o grande e inesquecível pioneiro da nossa navegação mercante.

Neste dia de festa, congratulo-me com os trabalhadores pelo resultado magnífico do seu esforço, prova evidente da sua invulgar capacidade em assimilar, com rapidez e real proveito, as mais avançadas técnicas industriais, para possibilitar ao País a formação de inestimável mão de obra especializada. Congratulo-me com os marítimos brasileiros, aos quais estou ligado por sólidos laços de velha amizade, pelo novo e eficiente instrumento de trabalho que em breve lhes será entregue. Congratulo-me, também, com os Estaleiros Verolme e, em particular, com o presidente dessa organização de renome internacional, o Sr. Cornelius Verolme, pela contribuição de elevado padrão técnico que estão proporcionando à indústria do meu país.

Majestoso, o "Henrique Lage" singrará os mares do mundo, para levar aos demais povos, sob o pavilhão auriverde, a mensagem viva e autêntica da nossa fé inquebrantável nos destinos do Brasil e do firme propósito da nossa gente em conquistar, pelo trabalho pacífico e tenaz, a independência econômica da Pátria brasileira.

Discurso de encerramento no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.

Compareço à sessão de encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil para expressar o meu apoio ao debate franco e corajoso dos temas que dizem respeito aos problemas da melhoria das condições de vida do homem brasileiro que trabalha a terra e dos que tratam da implantação de métodos modernos de exploração dos recursos naturais do nosso país.

As reivindicações dos trabalhadores agrícolas não se opõem às reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao contrário, o entendimento, no plano dos altos interesses nacionais, entre o homem do campo e o trabalhador da indústria é condição indispensável ao progresso do País e à elevação dos níveis de existência de todo o povo brasileiro.

Na verdade, o crescimento econômico do Brasil não deve ser dificultado por uma agricultura atrasada, que ainda emprega em larga escala estilos de produção que remontam a épocas já ultrapassadas. Mas nem toda a estrutura agrícola brasileira é atrasada.

Há setores importantes que já apresentam indícios elevados de produtividade e que constituem exemplos de boa aplicação técnica na exploração de nossas terras.

Devemos, contudo, reconhecer e proclamar que a ausência de uma reestruturação agrária está embaraçando a marcha do progresso da nossa

pátria: sem uma agricultura progressista não teremos uma economia nacional equilibrada. O processo agrícola brasileiro não mais atende às necessidades do crescimento da economia geral do País.

Devemos ter sempre presente que a maioria do povo brasileiro está vinculada às atividades do campo: 63% da população brasileira dependem da agricultura para viver. E as estatísticas ainda incompletas que possuímos nos mostram que, dos 12 milhões de agricultores brasileiros, 10 milhões cultivam terra que não lhes pertence.

A luta em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol é, assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. O seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos.

Sem escolas, sem assistência médica e sem perspectivas de melhoria de vida, os trabalhadores rurais das regiões mais atrasadas do País abandonam os campos e se dirigem aos centros urbanos, em busca de uma atividade compensadora.

O crescimento industrial do País criou novas oportunidades de trabalho, provocando imenso deslocamento da população rural para as cidades. A atração das grandes cidades permanecerá irresistível enquanto as condições de vida do campo forem precárias e, em muitos casos, piores do que nas favelas urbanas.

Tais contradições entre a agricultura e a indústria tendem mesmo ao agravamento, se não forem desde logo aplicados remédios adequados para corrigi-las. A inflação, que destrói os valores do trabalho, realiza uma transferência da renda agrícola para outras áreas econômicas, num desestímulo permanente às inversões no campo, especialmente na agricultura.

A questão da terra no Brasil deve ser resolvida, evidentemente, de acordo com as características próprias de cada região. Não há, nem pode haver, fórmula salvadora, remédio milagroso, para realidade tão diversificada de um país que é um continente, pela sua extensão e pela multiplicidade dos seus reclamos de desenvolvimento. Não vejo razões para deixar de afirmar que a reforma agrária é uma das reformas que o País reclama, para dar plena expansão às suas forças produtivas adormecidas.

Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não perdem o sono diante do panorama social do País, onde um povo pobre luta para viver em território potencialmente poderoso.

O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite a revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural, para que seja possível libertar a produção agrícola dos seus seculares entraves e proporcionar maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, para dotar o País de uma agricultura moderna, racional e mecanizada, de alto rendimento produtivo.

Evidentemente, no Brasil, tal lei agrária deve possuir características de maleabilidade, para acomodá-la às variadas condições regionais e de modo a respeitar as unidades de produção bem organizadas, de bom rendimento, sem levar em conta a sua extensão.

A Igreja Católica, através da manifestação clara e coletiva de seus bispos, tem proclamado que o Brasil precisa urgentemente cuidar das enormes coletividades que vivem como marginais da sociedade brasileira.

A nossa Constituição de 1946, se reconhece, por um lado, a função social da propriedade, ao admitir a desapropriação por interesse social, por outro impossibilita a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela prévia e justa indenização em dinheiro.

Os setores mais esclarecidos do País vêm clamando por medidas de base também na agricultura. Mais de 200 projetos de lei transitam pelo Congresso Nacional, todos eles pretendendo modificar, parcial ou totalmente, a estrutura agrária do País. Infelizmente, até hoje, nenhum deles conseguiu vencer a barreira de resistência levantada pelos que ainda se aferram a um arcaísmo agrícola superado e de baixo rendimento social.

Creio ser dever do Governo estimular todas as iniciativas que se preocupam com a questão agrária nacional, procurando solucionar os seus problemas, pois o aumento da produção e a elevação do padrão de vida do trabalhador rural constituem meta fundamental para os destinos do Brasil.

Em quase todas as minhas declarações públicas, tenho batalhado por uma política dinâmica, que dê solução aos problemas; de base, inclusive o da reforma agrária, para que se possa estabelecer a justiça social, garantir as liberdades, distribuir melhor as riquezas e os rendimentos, e dar a todos os brasileiros condições dignas de existência, de acordo com os nossos ideais de fraternidade cristã.

Na verdade, ainda há falta de garantias e de oportunidades para os que se dedicam ao trabalho da terra. Não se pode negar que falta estímulo para

novos investimentos, tanto para o dono da terra como para o lavrador, parceiro ou arrendatário.

A organização crescente dos trabalhos agrícolas em entidades próprias é decorrência natural da evolução da nossa sociedade e a elas não se podem opor obstáculos administrativos ou policiais, mas sim cabe compreendê-las, porque refletem sempre o estado de espírito e a situação de coletividades abandonadas e que desejam fazer ouvir os seus reclamos. A organização do trabalhador é pedra angular do regime democrático.

Nossa geração está sendo chamada pela História para conquistar a independência econômica do Brasil, e nosso elementar dever de cidadão é estarmos à altura de missão tão elevada.

Felizmente, grupos expressivos das classes produtoras, da indústria, do comércio e da agricultura, já colaboram, e espero que colaborem cada vez mais, com o Governo, na conquista da nossa emancipação, para libertar o Brasil das barreiras do atraso econômico, tanto na frente interna como nas relações com os demais países.

E para essa batalha patriótica, cristã e democrática, de paz e trabalho, que convoco os trabalhadores rurais da nossa pátria, aqui representados por delegações vindas de todos os recantos do território nacional, e que desejam, através dos debates construtivos que aqui se verificaram, contribuir com o Governo, e muito especialmente com o Congresso Nacional, apresentando-lhe elementos que, por certo, merecerão o respeito e a consideração dos legisladores.

Peço, senhores congressistas, que levem aos seus companheiros do interior, junto com a minha calorosa saudação e a mensagem da minha confiança nos altos destinos do País, a certeza de que tudo farei para que os trabalhadores rurais brasileiros possam em breve ver transformadas em realidades as suas justas reivindicações.

Discurso no Palácio do Planalto, ao sancionar a lei que aprova o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Brasília, 14 de dezembro de 1961.

Sinto que faltaria ao meu dever de presença se deixasse de acentuar, neste momento de tão profundo sentido histórico que estamos vivendo, o relevo do ato que ora pratico, no exercício das atribuições constitucionais do mandato que recebi do povo brasileiro, quando sanciono, transformando-o em lei, o projeto que institucionaliza, para ação imediata em favor do Nordeste e da sua população angustiada, as normas e providências com as quais a SUDENE fica habilitada a se integrar na plenitude das suas responsabilidades, cujo atendimento constitui o mais premente, o mais grave, o mais inadiável dos deveres do Governo Federal.

Numa das primeiras reuniões do Gabinete, Senhor Presidente do Conselho e Senhores Ministros, em manifestação oficial, constituindo-me em eco de tantos autorizados e clamorosos apelos que me foram dirigidos, transmiti a Vossas Excelências e, por tão alto intermédio, ao Congresso Nacional, a mensagem de convocação e de esperança para que não se encerrasse este ano, de tantas conjunturas dramáticas, sem que pudéssemos levar aos nordestinos, já tão amargurados, o incentivo da nossa compreensão para com o seu infortúnio e o testemunho da nossa decisão de ajudá-los, expressos num diploma legal por cuja aprovação o sentimento uníssono de vinte milhões de compatrícios já se proclamava exausto de lutar.

Este instante, Senhores Ministros, documenta, três meses depois, que o Congresso Nacional foi sensível ao apelo que se confundia com o maior anseio de nove Estados da nossa Federação, estiolados, sofridos e à beira dos limites máximos da resignação.

Honra lhe seja, ao Congresso Nacional, por sua fidelidade a dever tão alto. Honra a Vossas Excelências, na medida em que puderam e souberam contribuir para *desideratum* de tamanha repercussão. Honra a quantos, parcelas influentes da opinião pública — imprensa falada e escrita, estudantes, classes produtoras, trabalhadores de todos os níveis — se associaram, menos por imperativos sentimentais de coração do que por força da consciência cívica que os identificava com a seriedade do problema, nesta verdadeira cruzada de luta contra o pauperismo, contra a miséria, contra a divisão do Brasil, uno e eterno, em dois Brasis inconciliáveis, o Brasil dos pobres e o Brasil dos ricos, o Brasil dos bem-aventurados e o Brasil dos infelizes. Honra, sobretudo, Senhores Ministros, aos nordestinos, que têm sabido superar, nos extremos da sua formação cristã, mais do que seria lícito prever da natureza humana, esgotada pelo sofrimento, e que, numa hora como esta, souberam unir-se nos limites da ordem e da lei, clamando e reclamando, não pelos pratos de lentilha dos interesses pessoais, mas pela solução dos seus ingentes problemas coletivos, tão ingentes que deixaram de ser deles, regionais apenas, para se transmudarem em problemas fundamentais do Brasil, com reflexos indispensáveis sobre a própria conjuntura internacional.

Estamos vivendo — vale ressaltá-lo, Senhores Ministros — um instante de afirmação. Bem sei que não é tudo e que, talvez, para o complexo do que resta fazer, seja mesmo bem pouco. Contudo, é um bom começo para a ação, para as medidas concretas, para o que nos cumpre fazer.

Deve agora a SUDENE usar o instrumento que lhe pomos nas mãos para a ação, não para discursos ou conferências. A fase da preparação já passou. O povo não a entenderia mais, e, ainda que viesse a compreendê-la, os reclamos do estômago e os anseios de melhoria social e de integração nos direitos da comunidade nacional não permitiriam mais a vinte milhões de brasileiros a tortura da dúvida de estarem sendo ludibriados.

Esperamos que, com a reforma agrária, com o estatuto da irrigação, com as providências administrativas que deverão vir em caráter complementar — inclusive a urgência-urgentíssima que aqui reclamo da SUDENE para o seu Plano-Diretor Quinquenal — assistidos pela ajuda internacional que tão favoráveis perspectivas nos enseja neste terreno, poderemos ativar a marcha

dos fatos, dos fatos e não das promessas, em favor do Nordeste e dos nordestinos.

É o que espero. É o que desejo. É o que me disponho a fazer, na parte que de mim dependa. É o que, estou certo, será feito, também, por Vossas Excelências, Senhores Ministros, no muito que o novo sistema constitucional em vigor colocou no âmbito das suas esclarecidas competências e atribuições.

Quanto a mim, dispondo de dez dias para sancionar o projeto, cujo autógrafo recebo neste momento, fiz questão de apor-lhe imediatamente a minha assinatura, sem perder um minuto, sem retardá-lo um segundo.

Sinto-me feliz, portanto, Senhor Presidente do Conselho e Senhores Ministros, em verificar que, auspiciosamente, a sanção de projeto tão significativo se efetiva neste mesmo dezembro, às vésperas do Natal, que invoco como um período de preces e de esperanças, confiante em que Deus não nos desamparará no caminho difícil de contribuir para a melhor sorte dos brasileiros.

Discurso ao instalar o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

Porto Alegre, 21 de dezembro de 1961.

Dentre os múltiplos problemas que desafiam a visão e a energia dos homens públicos brasileiros, talvez nenhum ofereça a gravidade do problema representado pelos desníveis regionais da nossa economia. País de dimensões continentais, o Brasil não possui uma economia integrada. Da desconsideração deste fato, na adoção de uma política de desenvolvimento, não resultou apenas o agravamento do desnível entre as áreas em franco progresso e as tradicionalmente estagnadas, das quais o símbolo dramático é o Nordeste brasileiro.

Uma política econômico-financeira que tratou uniformemente um país economicamente sem uniformidade, além de acentuar as disparidades existentes, criou para o Brasil novas "áreas-problema". Destas novas áreas, o Extremo Sul brasileiro passou a ser um exemplo típico.

Quando, no plano internacional, assistimos aos esforços de povos e governos no sentido de eliminarem as desigualdades existentes entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, não se compreenderá como dentro de um mesmo país seja permitido o estabelecimento ou o agravamento de desigualdade entre as suas próprias regiões. Eis porque a luta pela eliminação dos desníveis econômicos, tecnológicos, culturais e sociais, que hoje se verifica

no Brasil, deve constituir uma das principais tarefas governamentais, inclusive em defesa do ritmo de desenvolvimento das áreas de maior prosperidade.

Tão magna empresa não pode ser executada à base da adoção de mera política assistencial, como desde o Império ocorreu em relação ao Nordeste. Não pode resumir-se, também, na aplicação de simples medidas de emergência e de providências isoladas, tomadas ao sabor das circunstâncias. Ela só será efetiva se representar um ato de planejamento, isto é, de aplicação racional de recursos, medidas e providências dentro dos prazos definidos, e visando a objetivos claramente pré-firmados. Tal política de planificação regional exige, para a sua correta execução, a criação de órgãos técnicos, destinados uns à elaboração de projetos e fixação de programas, e outros à prática específica de investimentos.

O Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que hoje declaro solenemente instalados, enquadram-se nestas rigorosas exigências técnicas de promoção do desenvolvimento econômico e do progresso social dos Estados que integram o Brasil Meridional. Criados por sugestão do Governador do Rio Grande do Sul, Engenheiro Leonel Brizola, e dos Governadores Celso Ramos, de Santa Catarina, e Ney Braga, do Paraná, as duas instituições têm o alto objetivo de implantar nesta região do Brasil um centro dinâmico que, vitalizando a sua economia, contribuirá também para a ingente tarefa de dar unidade à descontínua realidade econômica brasileira.

Louvando a iniciativa dos governadores dos Estados do Extremo Sul, criando o Conselho e o Banco — uma demonstração de fé na capacidade realizadora da sua gente e nos recursos da sua região —, desejo reafirmar os meus inabaláveis propósitos de emprestar o máximo de apoio efetivo e cercar do mais irrestrito prestígio as duas novas instituições. Esta é a melhor oportunidade que tenho de, renovando os compromissos assumidos com o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, assegurar-vos que, para complementar os recursos do Banco, coletados de um percentual sobre a receita tributária dos três Estados, o Governo Federal destinará *10%,* da parte brasileira, dos meios provenientes de todos os acordos para a importação dos excedentes do trigo norte-americano.

Participando da composição do Banco, com representantes seus, o Governo Federal também colocará à sua disposição e à disposição do Conselho, os técnicos que a região considerar necessários ao bom trabalho das entidades que aqui instalamos.

Caberá ao Conselho promover o levantamento das necessidades da região e equacioná-las em termos de planificação regional, integrando-a na planificação

nacional, esta última da responsabilidade do Governo Federal. Ao Banco competirá realizar os investimentos definidos como essenciais à criação ou expansão, ou modificação da infra estrutura econômica da região. As suas atividades não deverão ser limitadas pelo exclusivo critério da rentabilidade. Pois este não é um banco comercial, mas um banco de fomento, e, como tal, entre os seus critérios de ação, devem figurar os que atendam a exigências sociais e humanas. A sua atividade há de ser necessariamente promocional e não apenas supletiva.

Dentre tantos fatores que condicionam o processo que deprime a economia do Extremo Sul, inclui-se o de continuarmos sendo uma economia agrária, na qual se instalou uma pequena faixa industrial: a de uma indústria dependente da produção agrária e constituída por pequenas e médias empresas. Em face da crise inflacionária em que o País se engolfa, essas pequenas e médias empresas entraram em regime de dificuldades quase insanáveis, com evidentes prejuízos econômicos e danos sociais e humanos para a região.

Se este fato já não bastasse para explicar a marginalização da economia do Extremo Sul, um outro surgiu, capaz de tornar ainda mais árdua a situação vivida por gaúchos, catarinenses e paranaenses. E que a nossa região não acompanha, por circunstâncias estranhas à sua vontade, a implantação da grande industrialização brasileira. Em consequência, o desnível entre a nossa economia e a economia das áreas mais desenvolvidas tornou-se por tal forma violento, que as relações de troca entre uma região e outra passaram a ser altamente danosas para o Brasil meridional. Reconhecendo este fato como o centro mais ativo do processo de descapitalização regional, estamos, implicitamente, proclamando que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná somente superarão as suas atuais dificuldades quando ingressarem na área da grande industrialização.

Sem esquecer os deveres de assistência às pequena e média empresas, às demais atividades que compõem a economia do Extremo Sul, ao Conselho de Desenvolvimento e ao Banco Regional tocam as tarefas de modificação da nossa atual estrutura econômica, no sentido do desenvolvimento econômico e social, dado que os males que afetam a economia dos três Estado não são males de conjuntura, mas de estrutura.

Senhores Governadores:

A criação dos dois órgãos que hoje surgem para a vida legal e as atividades práticas é um exemplo de política objetiva que certamente será útil às regiões brasileiras que começam a manifestar justo inconformismo com a situação de

abandono a que foram relegadas. Encontrarão elas, na vossa sábia iniciativa, o modelo de uma ação administrativa orientada no sentido de eliminar as discrepâncias de renda e todos os demais fatores que entorpecem a sua fulminante arrancada para o desenvolvimento.

Eis por que não hesito em dizer que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional. E, portanto, com justificado júbilo patriótico que declaro sentir que hoje, aqui em Porto Alegre, como ontem, no Nordeste, iniciamos finalmente a esperada e necessária fase de integração econômica e social do Brasil.

Discurso perante o Conselho da Organização dos Estados Americanos

Washington, 3 de abril de 1962.

Empresto significado especial a esta recepção do Conselho da Organização dos Estados Americanos, porque aqui ressoa a voz de toda a América, num trabalho constante de aperfeiçoamento da solidariedade continental e de fortalecimento dos ideais pan-americanos.

Como Presidente de uma nação de profundas tradições democráticas, bem compreendo a importância desta Casa, verdadeiro parlamento interamericano, onde o debate é livre e onde todos se congregam dentro do respeito mútuo e da igualdade soberana dos Estados.

A política externa do Brasil sempre se inspirou nos ideais que presidiram a criação da OEA e sempre pautamos a nossa conduta dentro dos estritos limites do respeito às normas jurídicas reguladoras da convivência internacional.

Lenta, mas seguramente, nossos 21 países vieram evoluindo para ininterrupta e crescente aproximação, desde os passos iniciais das primeiras conferências pan-americanas, até atingir a organização político-jurídica de hoje, estruturada em documentos que são motivo de orgulho para o Continente e patrimônio de todos os que lutam pela paz e pela solidariedade internacional.

A força e o prestígio desta Organização repousam sobretudo em princípios que constituem a razão mesma de sua existência e dos quais ela não se poderá

jamais afastar sem se trair. Só o respeito de todos à soberania de cada um pode associar dignamente Estados livres e independentes. O princípio que rege, acima dos demais, a nossa convivência, e que torna possível a nossa unidade, é o princípio da não intervenção. Só depois que esse princípio se arraigou definitivamente no espírito dos povos deste Continente e se refletiu devidamente na conduta internacional de seus Governos, tornou-se possível acelerar o processo de associação das Repúblicas americanas.

A criação da Organização dos Estados Americanos representa, portanto, o reconhecimento formal, por todos os Governos que a integram, de que a cooperação entre Estados soberanos, por mais íntima que seja, não dá direito a nenhum deles, nem mesmo à Organização que compõem, de atuar em terreno reservado exclusivamente à soberania interna das nações.

Não há como disfarçar que esta Organização atravessa um período difícil de sua história. Num mundo em que forças poderosas tendem à polarização e à tomada de posições extremas, mais árdua se torna a tarefa daqueles que têm o dever de não sacrificar o direito ao expediente político e de sobrepor a interesses de momento o primado permanente da norma jurídica.

Foi exclusivamente a convicção da justeza desses princípios e a certeza de sua estrita observância, posta à prova durante anos, que permitiram, muito rapidamente, em uma década apenas, a partir do estabelecimento das reuniões de consulta, passando pela Ata de Chapultepec e chegando ao Tratado do Rio de Janeiro, ao Pacto de Bogotá e à Carta da Organização, institucionalizarmos nosso sistema, sistematizarmos nossas instituições.

E este todo um acervo de conquistas do direito internacional americano que nos cumpre preservar e pôr a salvo de quaisquer ameaças. Quanto mais difíceis forem os tempos, tanto maior terá de ser o esforço para que esta Organização não abandone os caminhos e os objetivos que dela fizeram um exemplo de convivência pacífica. Não basta dispor de instrumentos capazes de resolver pacificamente as divergências que por acaso surjam entre nós, se não soubermos fazer deles o uso devido, atendo-nos, em seu emprego, às normas de direito e de justiça que tornaram possível o estabelecimento do sistema interamericano.

Antes, principalmente nas últimas décadas das relações continentais, notou-se que à evolução rápida de nossa cooperação no terreno político-jurídico não correspondia progresso semelhante no campo econômico e social. Havíamos cometido o equívoco de ampliar, como queríamos, o entendimento

entre os nossos Governos, sem estreitar, como devíamos, a solidariedade entre os nossos povos.

Não há de ser neste momento, quando as possibilidades de maior cooperação no campo econômico e social se alargam em novas perspectivas para os povos deste Hemisfério, que iremos permitir a abertura de uma fenda na solidez das bases jurídicas em que assenta a Organização dos Estados Americanos. Cumpre, portanto, agora mais do que nunca, à Organização e a cada um de seus membros, o dever de manter com firmeza tudo o que já foi obtido no terreno político e jurídico, como ponto de partida para as conquistas a serem ainda feitas no campo econômico e social.

Só assim entraremos de fato numa nova fase de cooperação interamericana, em que já não seremos convocados, precipuamente, para dirimir questões entre nossos países, mas sim para resolver os problemas de nossos povos. Ao esforço particular de cada nação para o seu próprio desenvolvimento poderá então somar-se à ação coletiva da OEA pelo progresso de toda a América. Esta Organização não significa apenas os órgãos que a constituem e os tratados que a estruturam, mas principalmente os Estados-membros que a compõem. Sobre eles, em última análise, recairá a responsabilidade de levar a bom termo o novo e grande empreendimento em que estamos empenhados no campo da cooperação econômica e social.

Desejo assegurar-lhes, nesta oportunidade, o mais decidido apoio do Brasil à ação construtiva da OEA.

Senhores Delegados:

As reuniões internacionais têm hoje um sentido realista e refletem os ideais dos povos que nelas se representam. O delegado do Brasil neste Conselho exprime o pensamento de um governo cuja política exterior independente se identifica com as aspirações e sentimentos do povo brasileiro.

O diálogo permanente que aqui travam os povos da América, em ambiente de inteira liberdade, consolida a amizade entre países irmãos, membros da mesma comunidade continental. As reuniões interamericanas traduzem os elevados ideais que nos unem e fazem desta Organização um símbolo de compreensão e de fraternidade entre povos livres.

Discurso no banquete oferecido pelas associações americano-brasileiras

Nova York, 6 de abril de 1962.

É com prazer que compareço perante os homens de empresa deste grande país, representados pelas entidades que tão gentilmente me acolhem neste recinto. A estes homens, como aos que no Brasil e no mundo se entregam a essas atividades, não é estranho o angustiante desafio pela erradicação das condições de subdesenvolvimento infelizmente ainda reinantes em cerca de dois terços da população do globo terrestre. Mas a verdade é que o vosso eminente Chefe de Estado, Presidente John Kennedy, sentiu agudamente os anseios dessas populações, ao estabelecer o plano financeiro da Aliança para o Progresso, que, uma vez executado, constituirá uma contribuição capaz de promover a integração de grandes massas nos benefícios da civilização continental.

Nos países de economia escassa ou em desenvolvimento econômico, a infra estrutura material dá ensejo a uma procura crescente de recursos financeiros, tanto por parte do setor público como do privado, porque se abrem variadas, amplas, novas e atraentes possibilidades de inversão. Aos governos desses países, como às suas populações, só pode interessar se processe uma capitalização formada por meio de recursos internos e externos que se configurem, à base de uma segurança legal e jurídica, nos objetivos que forem considerados de especial relevância para o progresso nacional e o bem-estar do povo.

Em face das injunções do mundo atual, ocasionadas, em grande parte, pelas sucessivas e imprevistas renovações do fato econômico, nenhuma contradição insuperável deve existir entre a intervenção do Estado no domínio econômico e a liberdade de iniciativa privada. Hoje, essas duas atividades se conciliam, orientadas por objetivos que se entrelaçam: o Estado suprindo, complementando ou completando a iniciativa privada, enquanto esta se distende, nos limites de suas possibilidades, ao jogo livre dos fatores da produção.

Os Estados Unidos da América dão ao mundo o exemplo de uma economia organizada e plenamente desenvolvida. Mas, se isso foi possível pelo trabalho e alto nível de cultura de seu povo, não se deve esquecer também o papel preponderante que suas leis para isso exerceram. O Brasil procura atualmente rever, sem ideias preconcebidas, como em breve ficará demonstrado, a sua legislação sobre repressão ao abuso do poder econômico, e elaborar o estatuto do capital estrangeiro.

O Governo brasileiro está interessado em manter um clima de confiança e de tranquilidade para os que, visando à obtenção de lucros lícitos, se dispuserem a levar capitais de fora para aplicar no desenvolvimento econômico do nosso país. Legislar sobre o capital estrangeiro, como, agora, mais uma vez, pretendemos fazer no Brasil, não significa dificultar, embaraçar ou hostilizar as atraentes possibilidades de aplicação que em nossas áreas de atividade existem para esse capital. Ao Brasil só não interessa o capital predatório ou meramente especulador, porque este enriquece o seu investidor à custa dos sacrifícios do povo.

A experiência de investimentos estrangeiros no Brasil vem do século passado e mostra de modo eloquente que nunca, em nosso país, foram negados nem estímulos nem garantias a esses capitais.

Não concorreram os brasileiros, nem seus governos, para qualquer mal-entendido no que se refere a tais investimentos. Temos cumprido nossas leis com relação a esses bens e direitos e se, no campo das concessões de serviço público, as atuais transformações, de caráter social e econômico, tornam menos rendosas essas atividades, por certo que o Governo e as empresas concessionárias saberão encontrar a linha justa da conciliação que, atendendo aos interesses de ambas as partes, satisfaça também aos interesses do povo.

Quero assumir a responsabilidade de dizer que o Brasil continua apresentando as melhores e excepcionais condições para aplicação e expansão da iniciativa privada alienígena. Faz menos de um mês que o

Presidente John Kennedy, referindo-se ao meu país e à sua posição na América e em face do mundo, disse que é bastante olhar-se o mapa para ver a importância e a grandeza do Brasil. Lutamos por um país sempre mais próspero, em que todo o povo desfrute de condições de vida melhores e mais dignas. Nesse caminho, do qual não se afastará o Governo brasileiro, teremos de vencer muitos problemas, que serão também superados pelos homens e mulheres do Brasil, pelos empresários do meu país, nacionais e estrangeiros, porque a obra a todos reúne e impele para as etapas irreversíveis do progresso nacional.

O processo de industrialização que o País atravessa nos últimos anos deu maior desenvolvimento à produção interna dos bens de consumo, incrementando, ao mesmo tempo, as importações de bens de capital e de equipamentos industriais necessários ao amparo do ritmo de crescimento da economia. Era natural que isso ocasionasse transitório desajuste nas relações de intercâmbio do Brasil com o exterior, inclusive porque o alargamento da nossa pauta de produtos exportáveis e a abertura de novos mercados se processam em tempo mais lento do que as demandas internas.

Os problemas surgidos com o advento do Mercado Comum Europeu e as suas discriminações tarifárias contra os principais produtos da exportação brasileira também influíram, de modo sensível, para o desequilíbrio de nosso balanço de pagamentos. Os compromissos oriundos desse desequilíbrio já são objeto de esquemas e acordos para sua liquidação, que se processará normalmente. Em contrapartida a esses compromissos, sem falar no aumento crescente dos recursos nacionais, dispomos de cobertura em bens e melhoramentos produtivos de alto valor e rentabilidade.

Serão vultosos os prejuízos causados ao Brasil pela preferência tarifária que os países membros do Mercado Comum Europeu concedem aos Territórios Associados Africanos. A anunciada adesão da Inglaterra a esse mercado mais o fortaleceria na sua obra de integração da economia dos países que o compõem. Esperamos que a preferência tarifária aos citados Territórios Africanos seja extensiva aos nossos produtos ou se encontre uma fórmula capaz de harmonizar o interesse dos países subdesenvolvidos, em face de tais discriminações.

Os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha apoiaram o Brasil na última reunião do GATT, dando acolhida ao protesto que nossa Delegação formulou contra essas discriminações. Somos sensíveis e gratos a esse gesto de compreensão dos dois países amigos. Mas desejamos que os governos

responsáveis pelo Mercado Comum Europeu nunca esqueçam as antigas tradições de comércio internacional, através do qual se serviram suas nações para se abastecerem de matérias-primas, de bens e serviços, de tudo quanto necessitaram para o seu desenvolvimento econômico. Sobretudo, não é possível considerar superada a liberdade de uma justa competição nos mercados internacionais, inclusive porque não podem os países fugir das imposições da interdependência econômica, sempre indispensável para o funcionamento de determinadas ou específicas atividades.

A ajuda financeira aos países subdesenvolvidos, cujas disparidades na distribuição são muito acentuadas, segundo as estatísticas da ONU, precisa ser vista em correlação com os preços internacionais, de modo a se obter uma compensação razoável para os produtos primários oriundos desses países.

É indispensável que um conjunto de medidas seja estudado pelos Estados Unidos da América e outros países industrializados, visando a assegurar a estabilidade desses preços internacionais, pois através deles os países subdesenvolvidos encontrarão recursos de que muito carecem para regularizar o seu balanço de pagamentos e a sua situação econômico-financeira interna e consequentes repercussões no campo social.

Desejo chamar a atenção dos homens de empresa norte-americanos para as possibilidades que se abrem a um mais rápido desenvolvimento econômico da América Latina, hoje em condições de formar um dos maiores mercados do mundo. E a esse propósito quero referir-me, em particular, à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), hoje composta de nove países e que, certamente, em futuro próximo, reunirá as demais nações dessa parte do Hemisfério. Por essa Associação criou-se a Zona de Livre Comércio, que não mantém tarifa externa comum e se baseia em normas flexíveis para a liberação do comércio entre as nações que a compõem.

Estamos diante de magníficas perspectivas para integração econômica dos mercados da América Latina, com maiores possibilidades para o desenvolvimento das indústrias mecânicas e de bens de capital já instaladas e a serem instaladas no País, em condições de custo provavelmente mais favoráveis e com maior estímulo à expansão industrial. O Brasil deu todo o seu apoio a esse empreendimento e se dispõe a incentivá-lo pelas vantagens que oferece ao intercâmbio dos países da América Latina, e à redução constante dos *déficits* de seus balanços de pagamentos.

Agradeço a nobre acolhida que me dispensam, neste momento, os homens de empresa dos Estados Unidos. O meu país, depois de longos anos de ingente luta para vencer suas dificuldades, marcha confiante pelos caminhos do desenvolvimento econômico e acolhe, de boa vontade, o capital que se proponha cooperar para o seu progresso.

Todos aqueles que procurarem trabalhar conosco, de acordo com os interesses do povo e da nação brasileiros, podem estar certos de que terão sempre integral solidariedade num país que sabe preservar os princípios democráticos e respeitar os direitos e garantias dos que vivem em seu território, sob a proteção de sua bandeira.

Discurso em solenidade no Palácio das Laranjeiras, ao ser instalada a Eletrobrás

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1962.

Constitui motivo de júbilo patriótico, o ato solene que estamos celebrando, da instalação da Eletrobrás, cujos estatutos e cujo organograma vêm de ser elaborados pela comissão especial designada pelo eminente Ministro das Minas e Energia, Deputado Gabriel Passos, um dos grandes pelejadores dessa causa.

É um alto momento histórico de afirmação e de fé. E convém que o assinalemos, devidamente, com a plenitude de consciência que ele provoca, como a vitória incontestável das forças criadoras e progressistas deste país, e principalmente com um estímulo para as nossas esperanças, nesta hora de dificuldades e de inquietações, nesta hora de convocação para a luta.

Inserindo-se na linha de uma política esclarecida de emancipação e de desenvolvimento, a Eletrobrás, que está recebendo neste instante a sua autorização de marcha em direção ao seu grande destino, é mais um sonho — que se transforma em realidade — do gênio extraordinário e criador do Presidente Vargas, o inexcedível comandante, pioneiro de todas as grandes batalhas pela independência econômica de nossa pátria.

Enalteçamos, neste momento festivo, o patriotismo e a visão do estadista que a concebeu, como nosso fundamental instrumento de presença, de sistematização e de incentivo, no setor básico da energia. Exaltemos também

a compreensão e a coragem cívica de todos aqueles que, representantes do povo no Congresso Nacional, enfrentando derrotismo e deformações, deram a esta lei o *fiat* legislativo. Louvemos a dedicação e a seriedade da equipe que lhe vem de proporcionar a estruturação institucional. Antes e acima de tudo, manifestemos, nesta oportunidade, o nosso apreço à insuperável intuição, transformada em entusiasmo e espírito de combate, do povo brasileiro, representado por todas as suas camadas sociais, pelos humildes aos quais o sofrimento ainda não fez desesperar, pelos estudantes idealistas e combativos, pelos operários vigilantes e dinâmicos, pelos empresários progressistas e identificados com os reclamos da vida nacional, e pelas instituições brasileiras sadias e conscientes.

Quero também prestar a minha homenagem, que é de todo o povo brasileiro, ao grande batalhador das causas nacionalistas, o Deputado Gabriel Passos, a quem tanto deve este país pela luta extraordinária que vem realizando em todas as causas do seu desenvolvimento e do seu progresso, e que hoje transporta para a realidade, como Ministro das Minas e Energia, a lei que constitui esta empresa — uma das aspirações legítimas e mais sentidas do nosso povo e, também, um ponto integrante daquela mensagem nacionalista legada aos brasileiros pelo grande Presidente Getúlio Vargas. Ao congratular-me com o eminente Ministro, peço ao seu chefe de gabinete que seja testemunha desta homenagem junto ao grande brasileiro que, por motivos superiores, não pode aqui comparecer, como tenho a certeza de que o desejava, neste momento em que todo o Brasil comemora a instituição da Eletrobrás.

O essencial, agora, é convocar, para a formulação e execução dessa política, elementos categorizados, moral e tecnicamente, escolhidos especialmente entre aqueles que sentem o Brasil, que acreditam no Brasil e que jamais foram surdos ou cegos aos apelos e reclamos do povo.

Se este momento pudesse ter uma definição, um lema ou uma bandeira, eu me permitiria dizer aos brasileiros que é o momento de esquecer os direitos de cada um, individualmente considerados, para pensarmos apenas nos deveres e na maneira de esgotá-los em proveito da Nação.

Estamos, na verdade, atravessando uma fase difícil do processo de desenvolvimento, tanto vale dizer, do processo em que muitas transformações estruturais de nossa organização social e econômica se acham em curso. No panorama de uma sociedade, como a brasileira, em que a terra, o capital e o trabalho se encontram sob a pressão de problemas de crescimento, de criação

de melhores níveis de vida, de atendimento de exigências materiais e culturais, relativas a uma população em rápida expansão, deparamos sinais incontestáveis de que uma grande obra de reforma se apresenta diante de nós, desafiando a capacidade dos governantes.

Sentindo os graves deveres que me pesam sobre os ombros, consciente das dificuldades do povo e do País, todo o meu esforço tem visado a congregar vontades no sentido de firmar uma política nacional à altura da situação que somos chamados a enfrentar. As responsabilidades pela formulação e execução dessa política cabem, em primeiro lugar, ao Gabinete e ao Congresso Nacional, mas, dentro de minhas atribuições, tudo envidarei para, correspondendo à confiança de um povo que sofre mas que ainda não perdeu as suas esperanças, contribuir até o extremo de minhas responsabilidades para que essa política nacional de organização do País e de superação de suas atuais dificuldades seja a realidade marcante destes dias.

É altamente meritório, depois da grave crise de agosto, o que conseguimos em termos de pacificação política, e sobretudo político partidária, no País, inspirando a antigos adversários, pela consciência do dever maior, o imperativo da convivência e da cooperação e o desarmamento dos espíritos. Creio que seria injusto negar ao Conselho de Ministros, integrado por eminentes concidadãos, sob a chefia patriótica do Ministro Tancredo Neves, o testemunho do reconhecimento que lhe é devido pela tarefa que soube cumprir, na prática de um novo sistema, ainda desvinculado das tradições brasileiras.

Quero deixar inequivocamente expressas estas reflexões e julgo propício fazê-las no momento em que, terminada uma fase — a fase do apaziguamento da vida política nacional —, as suas forças responsáveis se preparam para a constituição de um novo gabinete ministerial.

O custo de vida, que continua a elevar-se, está impondo a todos, especialmente às camadas populares, pesados e difíceis sacrifícios. A inflação corrói orçamentos e também destrói esperanças. Uma ação corajosa, enérgica e imediata, impõe-se no sentido de providências que visem a estabilizar os preços e defender o valor do cruzeiro. Medidas concretas de estímulo à produção agrícola principalmente a de gêneros alimentícios, são aguardadas por todos com impaciência. Para a alimentação do povo e a estabilização dos preços, inclusive através de medidas de emergência, devem convergir o esforço e a clarividente atuação do Governo, como de todas as classes responsáveis deste país, interessadas pela paz social no Brasil. Desgraçadamente, a especulação e o desejo imoderado de enriquecimento

rápido agravam também, e fundamente, as condições do mercado. A febre dos grandes lucros, dos negócios em que a aventura, a ambição desmedida e o egoísmo anticristão assumem papel predominante, pode acarretar a desmoralização do sistema econômico diante de um povo que se sinta sofrido, desprotegido e espoliado.

Uma política em benefício do desenvolvimento e, acima de tudo, em defesa do povo terá de transcorrer numa atmosfera de austeridade, de eliminação de despesas supérfluas, de rigorosa e drástica aplicação dos dinheiros públicos. O esforço político das camadas dirigentes precisa inspirar confiança ao povo, confiança nos governantes, confiança nas instituições, mesmo porque este ambiente é indispensável à execução das reformas de base — agrária, administrativa, eleitoral, partidária, bancária e tributária — e à solução de problemas legais importantes, como a remessa de lucros para o exterior. Tais reformas, todos sabem e todos sentem, não mais podem tardar. E claro que, diante deste temário de assuntos complexos, não podemos deixar de ter motivos para preocupações. Nunca, porém, motivos para desesperança e, principalmente, para imaginar que seja preciso sair dos quadros da legalidade democrática para resolvermos ou enfrentarmos esses graves problemas que preocupam o País e que afligem o povo brasileiro. Acentuo mesmo que, menos do que uma advertência, minhas palavras devem ser entendidas como um sincero e confiante apelo.

Temos de mostrar, pela ação, que a legalidade democrática permitirá ao País enfrentar e resolver os seus problemas básicos, pois essa legalidade impedirá, antes de tudo, a subjugação da vontade popular pelos processos da violência, da ameaça e das perseguições. Não haverá política conveniente a um país se o povo dela não puder participar, ou se ele for oprimido e subjugado na sua vida e na sua liberdade.

Dentro das atribuições constitucionais, que tenho respeitado como imperativo de obediência à própria causa legalista que me conduziu ao posto para o qual o povo brasileiro me elegeu, não pouparei esforços no sentido de mantê-la e, acima de tudo, de fortalecer nossas instituições representativas e as liberdades públicas. Ameaças às instituições, partam de onde partirem, não nos atemorizarão, porque para defendê-las o País conta com apoio decidido e patriótico de todas as suas forças mais vivas e atuantes. Necessitamos, isto sim, abrir horizontes novos de esperança e de confiança, pois não podemos fechar os olhos ao quadro social em que vivemos e muito menos poderíamos tapar os ouvidos aos clamores populares.

Pelo exemplo, coloquei-me como fiador da legalidade democrática no País. Assim procedi, em função de minhas inabaláveis convicções e para ser fiel ao mandato que recebi do povo: nunca pela vontade de grupos revestidos de falso patriotismo. Mas pode estar tranquila a família brasileira, pode estar certa de que tudo faremos, sem medir sacrifícios de qualquer espécie, para que a ordem jamais seja substituída pela desordem, nem as liberdades pela violência ou pela opressão.

O ato que aqui nos reúne mostra que o Brasil, através das vicissitudes de sua evolução, está percorrendo o caminho de sua emancipação. E ao congratular-me com quantos colaboraram, direta ou indiretamente, para que pudéssemos celebrá-lo, quero convocar todos os brasileiros para uma identificação sincera com a linha de conduta fixada nestas palavras. Conclamo a todos para a luta pelo engrandecimento do Brasil, na lealdade aos sentimentos cristãos e democráticos do nosso povo e na crença de que somente dentro da ordem legal saberemos resolver os problemas que interessam à nossa pátria, para sermos dignos de homens como aquele que inspirou a Eletrobrás e que se sacrificou em defesa deste país e de sua libertação, e cujo exemplo deve continuar inspirando o Brasil, o povo e as classes trabalhadoras — o Presidente Getúlio Vargas.

Discurso no almoço oferecido no Palácio da Alvorada a U Thant, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

Brasília, 8 de agosto de 1962.

Constitui grande satisfação para o Governo e para o povo brasileiro receber, na Capital da República, o Senhor Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Considero também muito feliz para mim a circunstância de recaírem na pessoa de Vossa Excelência as homenagens endereçadas ao titular do mais alto cargo da Organização, dando-me ensejo, assim, de retribuir a acolhida que me foi dispensada, quando da minha visita à sede das Nações Unidas.

Meu país, Senhor Secretário-Geral, tem sido, ao longo de todos esses anos que se sucederam ao último conflito mundial, um devotado servidor dos ideais consubstanciados na Carta de São Francisco. Circunscrito apenas aos limites que lhe são impostos pelos meios ao seu alcance, o Brasil não tem medido esforços para dar às Nações Unidas o firme e desinteressado apoio que se faz necessário à obra suprema da manutenção da paz, que hoje só pode ser obtida por meio da compreensão e da colaboração de todas as nações, grandes, médias e pequenas, ricas ou pobres. Esta atitude resulta não apenas das tendências que marcam a autenticidade do caráter do povo brasileiro, mas, também, da consideração meditada e objetiva do mundo contemporâneo, onde as agudas divergências ideológicas e os profundos desnivelamentos da riqueza ameaçam a paz universal. Em todos os continentes

e em todas as latitudes, cada vez mais vivas se desenham no espírito dos povos as terríveis proporções do desastre a que estaríamos todos condenados, se o recurso à guerra fosse utilizado como solução para o males e as insatisfações do presente.

A verdade, porém, é que as Nações Unidas têm dado mostras, em mais de uma oportunidade, de que, enquanto se mantiver aberta a possibilidade de diálogo, existe no mundo lugar para a esperança. E é por isso que, lenta mas seguramente, e a despeito das incompreensões de toda natureza, se afirmam as Nações Unidas como o instrumento por excelência do esclarecimento recíproco e do trabalho em comum.

Fortalecido nessa convicção, o Brasil não tem faltado, em nenhuma ocasião, aos deveres de ordem moral ou material que nos incumbem em razão de nossa qualidade de membro da Organização, assim como não se tem isentado aos chamamentos especiais das horas de crise. Temos participado lealmente, e com propósitos sempre construtivos, dos trabalhos dos seus diferentes órgãos políticos e técnicos e mantido em dia os nossos compromissos financeiros. Soldados brasileiros estiveram e ainda estão em Gaza e no Congo.

Não nos esquecemos ainda das difíceis circunstâncias em que Vossa Excelência assumiu o seu alto cargo. Desde então, porém, graças à nobreza de seus propósitos, à sua ação moderada e moderadora, ao respeito que soube granjear em todos os campos, grandes progressos têm sido feitos em relação a diversos e espinhosos problemas com que se defronta a Organização.

Natural de um país que, como o meu, luta, com coragem e sacrifício, pela melhoria das condições de vida de seus filhos, Vossa Excelência tem procurado animar e favorecer os programas destinados a promover o bem-estar social e a prosperidade dos povos. Como depositário das esperanças de milhões de seres humanos que reclamam melhor e mais justa distribuição de riquezas, Vossa Excelência vem mostrando sua determinação de dar maior relevo aos dispositivos da Carta que prescrevem a cooperação internacional para solução dos problemas de ordem econômica, cultural e humanitária.

Esteja Vossa Excelência convencido de que o Governo brasileiro, expressando o profundo sentimento nacional, está disposto a empenhar-se sem vacilação pela libertação dos povos de toda e qualquer forma de opressão política ou econômica, e há de atuar, nas relações internacionais, para que prevaleçam no mundo as liberdades democráticas, e para que a voz do povo decida sempre da sorte dos governos.

Senhor Secretário-Geral:

Ao retornar Vossa Excelência ao seu posto de comando, peço-lhe que receba não somente os meus votos mais sinceros de felicidade pessoal, como a certeza do apoio incondicional do povo brasileiro e do meu Governo aos esforços que Vossa Excelência vem realizando pela paz mundial, com tão inspirada compreensão das altas responsabilidades que o destino lhe reservou.

Discurso no Palácio das Laranjeiras, ao serem firmados acordos entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e sua associada S. A. Mineração Trindade, para exportação de minério de ferro

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1962.

Os acordos que hoje se celebram têm como base estudos iniciais realizados na gestão do Ministro João Agripino e materializados em protocolo aprovado pelo grande e saudoso Ministro Gabriel Passos. Como não poderia deixar de ser, satisfazem legítimos objetivos nacionalistas, pois permitem a exploração das riquezas do País com o aproveitamento integral dos recursos obtidos, na tarefa do nosso soerguimento e desenvolvimento.

Para nosso sistema de pagamentos os contratos ora celebrados contribuirão de maneira substancial, proporcionando, em 15 anos, arrecadação de divisas da ordem de um bilhão e duzentos milhões de dólares. Não será esse, porém, seu único efeito positivo, pois a mais importante característica desses acordos estará na obrigatoriedade de reinversão, no País, de todos os resultados obtidos na exportação do minério de ferro pela Companhia Belgo-Mineira e suas subsidiárias.

Assim, a indústria extrativa servirá de fundamento às indústrias de base, pois as reinversões serão dirigidas todas para o campo siderúrgico. O fator multiplicativo dos reinvestimentos possibilitará, em larga escala, a expansão do mercado de trabalho, com oferecimento de novas oportunidades a milhares de pessoas. A mobilização dos recursos provenientes dos contratos ensejará a movimentação anual de cerca de 60 bilhões de cruzeiros, contribuindo,

assim, para a melhoria geral do padrão de vida, pela educação do homem e o aprimoramento das condições técnicas de execução do trabalho.

O quadro de benefícios para o País completar-se-á com a obrigatoriedade de a Belgo-Mineira e suas subsidiárias reinvestirem no País todos os lucros decorrentes da operação, auferidos a título de "royalties", dividendos ou outros quaisquer.

Tendo como lastro o apoio popular e como meio uma administração técnica e eficiente, amparada pelo Governo Federal, pôde a Companhia Vale do Rio Doce, sob a presidência do atual Ministro das Minas e Energia, lançar-se a gigantesco plano de desenvolvimento, que, em curto prazo, a colocará em condições de, sozinha, anualmente exportar 20 milhões de toneladas de minério de ferro. Alcançado esse objetivo, estará a Vale do Rio Doce apta a contribuir, anualmente, com cerca de 180 milhões de dólares para o balanço de pagamentos do País, assim ascendendo, isoladamente, à privilegiada posição de segunda fonte geradora de divisas, no Brasil, suplantada apenas pelo café. Essa excepcional situação será ainda melhorada com a industrialização do minério de ferro, ora em fase de implantação, e que abrirá àquela Companhia novas possibilidades no mercado mundial de produtos manufaturados.

Apoiando-se em bases técnicas de primeira ordem, poderá a Vale do Rio Doce dar curso a seu programa de expansão, já com resultados positivos, como o da venda de minério para as usinas japonesas, em operação de cerca de 600 milhões de dólares.

Deste modo, a exploração racional e intensiva do minério de ferro, no plano de uma política de salvaguarda dos interesses da Nação, dá hoje o seu primeiro passo, com a associação de capitais nacionais e belgo-luxemburgueses.

Ao congratular-me com a Companhia Vale do Rio Doce e com o seu eminente presidente pela assinatura deste contrato, que, longe de se opor à linha nacionalista do Governo, com ela se entrosa, convoco todos os brasileiros, e em especial todos os mineradores, que pretendam orientar suas atividades por acordos semelhantes ao que nesta oportunidade estamos celebrando.

Nesta decisão, o Governo Federal desmente com fatos, mais uma vez, as falsas acusações de que somos sistematicamente contra o capital estrangeiro. Na realidade, recebemos de bom grado toda colaboração externa que venha lealmente contribuir para o progresso nacional, pelo desenvolvimento de nossas forças produtivas. O Brasil dará uma justa e mesmo

generosa retribuição a todos os que desejam colaborar conosco na batalha pelo progresso nacional e pela felicidade do nosso povo.

Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar

Brasília, 24 de outubro de 1962.

Ao inaugurar a LI Conferência Interparlamentar, desejo dar as boas-vindas, em nome do povo brasileiro e em meu nome pessoal, aos Senhores Congressistas. Sentimo-nos honrados por hospedar Vossas Excelências e por ser Brasília a sede de tão importante reunião, que congrega parlamentares de 46 nações, com a finalidade de debater problemas da mais alta significação para as relações internacionais e para o entendimento entre os povos do mundo.

Na agenda dos trabalhos da Conferência encontram-se temas que constituem objeto das grandes preocupações atuais de toda a humanidade.

Dos estudos e debates aqui travados certamente surgirão medidas e providências tendentes a reduzir a tensão internacional, e o Brasil formula votos para que elas se concretizem, pois tudo quanto se relaciona com a preservação da paz universal e com a melhoria das relações entre os povos encontra o apoio e o aplauso do Governo e da opinião pública do meu país.

Reúne-se esta Conferência numa hora cuja gravidade histórica não podia ser prevista no instante em que ela foi convocada.

Nenhum de nós ignora que a capacidade destruidora das armas estratégicas modernas comprometeria não só o futuro biológico da espécie, mas a própria sobrevivência das categorias morais e das instituições políticas

que os parlamentares aqui reunidos representam. Creio não exagerar dizendo que os próprios fatos colocaram, assim, diante desta Conferência, e acima de todos os itens de sua agenda, o encargo do exame sereno da situação com que nos defrontamos e do esforço decidido para chamar os povos, e sobretudo os seus dirigentes, ao dever da coexistência, que é condição essencial e imperativa da preservação da paz.

Nas circunstâncias atuais do mundo, compete não apenas aos governantes, mas a todos os cidadãos, concentrar seus esforços, sem desfalecimentos, para evitar a catástrofe de uma guerra que, com o emprego das armas nucleares, não apresentaria nem vencidos nem vencedores.

Desta assembleia participam parlamentares de nações que adotam formas de governo e regimes políticos diversos, fato que demonstra a possibilidade de coexistência entre representantes de sistemas de governo diversos e de ideologias opostas. Se isso acontece entre pessoas, é lícito esperar que o mesmo suceda entre nações, não obstante se orientarem por diferentes filosofias de vida.

A política externa exprime, de modo muito sensível, os sentimentos, as forças e os valores que orientam e definem a política interna. Se prevalecerem no plano interno, propósitos de entendimento, se nele predominar o anseio de conciliação entre as liberdades públicas e a justiça social, se a política interna se inspirar no respeito à liberdade de opinião e à ordem jurídica, em que se ampara e dignifica a pessoa humana, então a política externa, inspirada por propósitos semelhantes, poderá consolidar a paz, que é a condição indispensável à sobrevivência de todos os povos.

Seja-me permitido dizer que a contribuição que o Brasil vem procurando emprestar ao entendimento entre os Estados e à paz universal traduz, acima de tudo, os ideais que norteiam nossa vida nacional. Entre esses ideais, desejo destacar a fidelidade à forma de governo democrático-representativa, a convicção de que poderemos processar o desenvolvimento do País e alcançar as reformas sociais, com pleno respeito às liberdades individuais; o valor que emprestamos ao fato de ser a nossa uma sociedade multirracial, sem conflitos nem tensões daí decorrentes; nossa tradição internacional de defesa de meios jurídicos e de repulsa à violência para a solução das divergências entre os Estados.

Considero do mais alto relevo o ponto do temário desta Conferência que diz respeito ao comércio internacional como fator de progresso econômico e social das nações subdesenvolvidas. A política exterior do Brasil tem

procurado dar ênfase à ampliação do mercado externo e à intensificação das relações comerciais com todos os países.

É chegado o momento de reconhecermos que a queda permanente dos preços dos produtos primários, fixados pelos países consumidores, e a elevação paralela dos preços dos equipamentos e manufaturas geram um processo de empobrecimento contínuo das economias mais débeis, em proveito das economias mais fortes, anulando em larga escala os benefícios da cooperação financeira internacional. É em assembleia como esta que podem surgir e germinar sugestões capazes de corrigir esse processo, ao longo do qual se estão cada vez mais distanciando os países industrializados dos que ainda se encontram em desenvolvimento.

Não tenho dúvida em afirmar que o sentimento coletivo brasileiro louva a iniciativa desta Conferência, no sentido de fixar princípios e procedimentos para abreviar a aplicação da Declaração das Nações sobre a outorga da independência aos países e aos povos coloniais. A mancha do colonialismo deve ser definitivamente apagada da civilização, do mesmo modo que os anseios dos países não desenvolvidos se voltam para a emancipação econômica através do seu próprio esforço e da cooperação internacional.

Devo aqui recordar que a Organização das Nações Unidas, que hoje celebra o seu *11°* aniversário, consagrou à década do desenvolvimento os anos que medeiam entre 1960 e 1970. Façamos votos pela prosperidade dessa Organização, voltada para a defesa da paz. A ela renovamos nossa fidelidade e nossa confiança.

Ao concluir, desejo augurar aos Senhores Parlamentares uma estada feliz em nossa pátria e pleno êxito nas grandes linhas que comandam o promissor temário desta ilustre reunião.

Discurso na solenidade de instalação da VII Conferência Regional da FAO para a América Latina

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1962.

Em nome do Governo brasileiro, tenho a grata satisfação de cumprimentar os dirigentes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e os delegados participantes desta VII Conferência Regional para a América Latina. Ao fazê-lo, estou certo de interpretar os sentimentos mais vivos de meu país.

A FAO tem sido, na América Latina e nas áreas ainda não desenvolvidas de todo o mundo, uma bandeira contra as práticas rotineiras, na luta pela modernização dos processos de trabalhar a terra, com a finalidade de melhorar as condições de alimentação do homem. Com seu prestígio já consolidado, funciona como instrumento para vencer preconceitos que ainda dificultam o estudo objetivo dos problemas ligados à agricultura e à produção de alimentos.

O temário desta Conferência bem reflete essa atuação progressista da FAO, que, deste modo, contribui para a conquista de novas etapas da justiça social e para a emancipação econômica dos países subdesenvolvidos.

Ao situar, com lucidez e coragem, os problemas agrícolas e de alimentação da América Latina, e ao incentivar estudos e soluções que abram caminho para desmantelar velhas e superadas estruturas, a FAO estará colaborando para a criação de uma consciência nacional mais vigilante, na defesa do direito

que cada povo tem de autodeterminar-se, na marcha para o seu desenvolvimento econômico e social.

Nesta Conferência, muitos desses problemas serão debatidos, desde os de ordem técnica e educacional, aos relacionados com a posse e o uso da terra. A reforma agrária será, assim, mais uma vez examinada em seus múltiplos aspectos.

A agricultura, na América Latina, até recentemente, era o principal vínculo que ligava os nossos interesses aos grandes mercados internacionais. Foi possível, assim, importar equipamentos e técnica, em troca de nossa produção agrícola, o que nos permitiu lançar as bases atuais de nossas estruturas econômicas, agora em fase de rápida diversificação.

A experiência do último decênio veio confirmar observações de períodos anteriores, de que o mercado mundial de produtos agrícolas não acompanha, sequer, o crescimento da população das áreas exportadoras, e que seus preços vão sistematicamente declinando, em relação aos dos produtos manufaturados adquiridos nos países de elevado grau de industrialização.

Explica-se, deste modo, que os países da América Latina, no esforço de levar adiante seus programas de desenvolvimento, tenham buscado a diferenciação de suas estruturas econômicas, apoiando-se, principalmente, em seus próprios mercados internos. Mesmo assim, essa nova orientação de nossas economias, que nos tem permitido progredir, não obstante as condições adversas impostas pela conjuntura internacional, como ocorreu no último decênio, de nenhuma forma veio reduzir a importância da agricultura.

A industrialização, provocando rápida urbanização e melhores níveis de vida, aumentou a demanda interna de produtos agrícolas, de alimentos e de matérias-primas industriais. O nosso desenvolvimento, se bem que tenha, agora, na industrialização, a sua força dinâmica, depende, diretamente, da presteza com que a agricultura responde às solicitações do mercado interno.

As formas de organização da produção agrícola podem tornar-se socialmente inadequadas, sem que, por isso, tendam a transformar-se espontaneamente. Para evitar que a rigidez das estruturas agrárias, que compromete o desenvolvimento nacional, venha a criar tensões de elevado custo social, a política de desenvolvimento deve planejar modificações estruturais, isto é, deve fazer da reforma agrária um dos seus objetivos centrais.

Dotar a economia agrícola de uma estrutura que permita, por um lado, o aproveitamento racional dos recursos produtivos e, por outro, possibilite o

crescimento da produtividade com um mínimo de custo social, é a meta principal de uma política de desenvolvimento agrícola. Esse objetivo, entretanto, somente poderá ser alcançado com base em um intenso esforço de pesquisa, visando a um adequado conhecimento das potencialidades de cada área e das técnicas que melhor correspondam às características regionais.

Igual importância têm os problemas decorrentes da necessidade de defender comercialmente os nossos produtos de exportação, problemas esses agravados, ainda mais, com o sistema de tarifas preferenciais adotado pelo Mercado Comum Europeu.

Inspirado nas mesmas ideias que orientam esta Conferência, o Governo brasileiro está adotando uma série de providências no sentido de acelerar o progresso da agricultura e melhorar o índice alimentar do nosso povo.

Uma reforma radical do Ministério da Agricultura vem de ser decretada, visando a armá-lo de nova estrutura administrativa e de recursos financeiros e humanos que lhe possam dinamizar a ação, em benefício da melhoria técnica, econômica e social da agricultura brasileira. Criamos, ainda há pouco, uma autarquia de política agrária, para organizar o plano de reforma agrária nacional.

No setor alimentar, posso destacar, entre outras iniciativas, a fundação de uma autarquia de Pesca, destinada a elaborar e executar o plano nacional do pescado; a nova política de incentivo à produção do milho; e a campanha de racionalização da cafeicultura. Ao mesmo tempo, e considerando as deficiências da iniciativa privada, o Governo está se aparelhando para intervir mais eficientemente no estímulo à produção, armazenagem, conservação e distribuição de gêneros alimentícios.

Procuramos, ainda, melhorar as condições do crédito agrícola, no sentido de torná-lo mais amplo, mais flexível e democrático, bem como estimular a organização cooperativista dos agricultores. Medidas de ordem prática estão sendo adotadas pelo Governo, com a finalidade de ampliar a rede de crédito bancário aos pequenos e médios agricultores.

Já na presente safra, os resultados dessa política se farão sentir, graças ao esforço permanente e dinâmico do nosso Ministro da Agricultura, e acreditamos que será apreciável o aumento da produção nacional, principalmente no setor de gêneros alimentícios.

Em nosso país, a reforma agrária é, hoje, uma das reformas de base reclamadas pela consciência nacional, e não apenas uma reivindicação dos que trabalham a terra, sem serem proprietários.

Ao incentivar a sindicalização rural, o Governo brasileiro está certo de contribuir para dar ao homem do campo condições de defender, organizadamente, seus direitos de acesso à terra e de melhorar suas condições de vida.

Não seria demais relembrar aqui as baixas condições de alimentação dos países latino-americanos. Desejaria frisar, entretanto, que acredito que as médias de consumo *per capita,* acusadas pelas estatísticas nacionais e pelos organismos internacionais, inclusive a FAO, talvez não mostrem toda a dura realidade. O grosso de nossas populações apresenta, em verdade, no prato diário, uma média de suprimento de calorias e proteínas consideravelmente inferior à que demonstram as estatísticas.

Essa grave situação alimentar, derivada de uma economia primária e de uma agricultura rotineira, cujos produtos sofrem uma comercialização espoliativa nos grandes mercados, não poderá ser superada no terreno das palavras ou no da filantropia internacional.

Temos que desatar as forças nacionais do desenvolvimento, tanto da agricultura como da indústria, a fim de que, mediante a ampliação das oportunidades de trabalho e a elevação do produto nacional, todos os homens e mulheres possam melhorar, rapidamente, a expensas do seu próprio esforço, os padrões alimentares que hoje se situam nas áreas da fome. A filantropia, adotada como norma de ação, contribui, antes, para retardar o processo de melhoria efetiva das condições de existência dos povos não desenvolvidos, anestesiando as lutas pela libertação nacional.

A FAO é um símbolo de inconformidade e de agitação construtiva. Ao fazer votos de pleno êxito para o vosso trabalho, desejo afirmar que é com o maior interesse que o Governo brasileiro acompanhará os debates desta Conferência, que, para nós, preocupados em realizar uma política agrária de efeitos objetivos e imediatos, não poderia ter sido convocada em ocasião mais oportuna.

Discurso na solenidade de assinatura de contrato entre a Central Elétrica de Urubupungá e firmas italianas, relativo à construção de usina hidrelétrica

Três Lagoas (MT), 25 de novembro de 1962.

Sinto-me orgulhoso de presidir esta solenidade, que marca, sem dúvida, uma das iniciativas de maior importância na caminhada do Brasil e de seu povo para a emancipação econômica. Graças ao contrato agora assinado, dar-se-á prosseguimento a obras de fundamental interesse para os Estados que constituem a Bacia do Paraná e do Uruguai e, também, de especial significação para a economia do País.

Nesta oportunidade, quero congratular-me com os eminentes governadores da Bacia do Paraná e do Uruguai pelos esforços que vêm desenvolvendo para a construção da Usina de Jupiá, cuja capacidade energética atingirá mais de 1 200 000 kw. Esta grandiosa obra constitui o primeiro passo para o aproveitamento do rio Paraná, cuja capacidade de geração de energia pode ultrapassar e ultrapassará, tenho certeza, a cifra de três milhões de quilowatts, que serão incorporados ao nosso potencial elétrico e que representarão uma contribuição extraordinária para a emancipação econômica do País.

A construção desta usina representa uma réplica àqueles que não querem acreditar no futuro de nossa pátria, àqueles que duvidam das possibilidades gigantescas de um Brasil que caminha de cabeça erguida para atingir os ideais pelos quais todos nós sonhamos, os ideais de emancipação econômica, ideais

que animam a todos os brasileiros que veem nesta obra um fator decisivo para a conquista de tal objetivo.

Quero ressaltar o trabalho significativo que realizou o Governador de São Paulo, Professor Carvalho Pinto, seguindo a trilha de Lucas Garcez, a quem devemos os primeiros esforços para a concretização desta obra. Por um dever de justiça, quero proclamar também, aqui em Mato Grosso, que o governador deste Estado, já na outra legislatura, também empenhou todo o seu esforço para que esta obra pudesse transformar-se na realidade que hoje comemoramos com orgulho. A Fernando Corrêa da Costa também se deve uma parcela imensa na efetivação deste empreendimento.

Aos governadores do Paraná e de Santa Catarina expresso igualmente as congratulações do Governo Federal, pelo patriotismo, decisão e devotamento que sempre revelaram para que tal obra pudesse realizar-se. Estendo minhas felicitações ao povo de Mato Grosso, porque Urubupungá e Jupiá têm importância fundamental para o futuro do Estado. Abrem-se aqui perspectivas amplas para Mato Grosso, que em futuro próximo poderá tornar-se um dos grandes centros industriais do País.

Excelentíssimo Senhor Embaixador da Itália no Brasil:

Em nome do Governo e do povo brasileiro, desejo consignar os meus agradecimentos a Vossa Excelência e manifestar-lhe publicamente, nesta oportunidade, o reconhecimento à colaboração técnica e financeira que recebemos de sua grande pátria. Ainda recentemente, ao presidir a inauguração de uma nova usina siderúrgica em Minas Gerais — a Usiminas, onde tremulam lado a lado as bandeiras brasileira e japonesa —, agradeci a colaboração do capital nipônico à luta que os brasileiros realizam por sua emancipação. Com o mesmo orgulho e a mesma alegria, quero pedir-lhe, Embaixador Mário Di Stéfano, que transmita ao Governo e ao povo de seu país os agradecimentos do Governo e do povo do Brasil.

Ao fazer esta afirmação, desejo declarar aos meus patrícios que a orientação de um governo se prova mais com atos do que com palavras que ele possa proferir ou com as críticas que contra ele se levantem. Ao contrário do que se afirma, não somos contrários à colaboração do capital estrangeiro. Ontem, demos na Usiminas uma prova de nosso reconhecimento à cooperação do capital japonês; hoje, trago de público os agradecimentos do Governo e do País à colaboração técnica e financeira do povo e do Governo da Itália.

Reafirmo que não somos contrários à colaboração do capital estrangeiro. Aceitamos de braços abertos ajuda como a que se faz sentir aqui em Urubupungá — colaboração que vem somar-se ao esforço do povo brasileiro na luta por sua emancipação econômica. Somos contra, sim, certo tipo de capital, que vem especular no País e enriquecer à custa do sofrimento e da miséria do povo brasileiro. Combatemos esse capital, em nome do povo e dos legítimos interesses do País. Entretanto, o capital estrangeiro que conosco venha colaborar no campo da siderurgia, no campo da energia e em outros setores de fundamental importância para a infraestrutura básica de nosso desenvolvimento, esse capital há de ter sempre o apoio do Governo e, mais do que isto, há de ter o aplauso e o reconhecimento do povo brasileiro.

Ao finalizar, quero congratular-me com os diretores da Central Elétrica de Urubupungá, com todos os seus técnicos, com todos aqueles que ajudaram, ajudam e ajudarão esta obra tão extraordinária para o progresso do País. Ao agradecer aos governadores, por sua iniciativa e por seu apoio, e aos engenheiros e técnicos, por seu trabalho, quero também agradecer aos mais humildes, aos trabalhadores que emprestam a força de seu entusiasmo e de seu patriotismo para a conclusão desta obra. A eles, especialmente, o testemunho do reconhecimento e da gratidão do Governo e do povo brasileiro.

Discurso na sede do Automóvel Clube, ao iniciar a jornada cívica pelo plebiscito de 6 de janeiro de 1963

São José do Rio Preto (SP), 9 de dezembro de 1962.

Agradeço, com viva emoção, às autoridades e ao povo laborioso desta progressista cidade as manifestações de apreço e simpatia que tenho agora a honra de receber. Ao ilustre deputado por esta região, Maurício Goulart, e a todos aqueles que ao seu lado promoveram esta visita, os meus agradecimentos. Estendo esses agradecimentos aos Senhores Prefeitos e Vereadores de numerosos municípios paulistas que aqui vieram trazer sua solidariedade e seu apreço ao Chefe da Nação, bem como ao prefeito local, Senhor Filadelfo Gouveia, que, não podendo estar presente a esta reunião, por achar-se acamado, manifestou-me por telegrama suas atenciosas escusas. Envio-lhe daqui meus votos de rápido restabelecimento, a fim de que possa voltar, no mais breve tempo possível, às suas lides de administrador.

A presença, neste vasto recinto, de várias dezenas de prefeitos e vereadores de extensa região paulista constitui para mim, além de motivo de satisfação, um estímulo à luta que venho travando em favor do povo brasileiro.

Há poucos instantes, na entrevista que concedi aos jornalistas locais, disse eu que o Governo Federal jamais poderá realizar uma administração a contento do País se não permanecer atento às necessidades dos municípios, se não conhecer os problemas a eles ligados. Podeis estar certos, Senhores Prefeitos e Vereadores, que procuraremos, por todos os meios a nosso

alcance, caminhar em sintonia com as administrações municipais para que assim possamos organizar um programa harmônico de entendimento que nos permita superar as graves dificuldades que cercam o País e rondam nossas preocupações. Ouvimos, há pouco, a palavra eloquente e autorizada do eminente Governador Magalhães Pinto a respeito da necessidade do comparecimento do povo brasileiro à festa cívica de 6 de janeiro de 1963. Como Presidente da República, sinto-me à vontade para endossar esta convocação que fazem os eminentes governadores de Minas Gerais e de São Paulo.

Sei que no meio do povo desta magnífica cidade de São José do Rio Preto, que saiu à rua para saudar o Chefe da Nação, acolhendo-o com seu aplauso generoso, encontram-se homens de todos os partidos, representantes das mais diversas facções políticas. A todos eles agradeço as manifestações de simpatia recebidas. Congratulo-me convosco por este magnífico espetáculo de democracia. Sinto-me assim à vontade para fazer a convocação cívica de vosso comparecimento ao pleito de 6 de janeiro. Alguns, justamente os que sempre se colocam em posição antagônica aos interesses do País, andam por aí afora a pregar em favor da abstenção. Entendo, e comigo estão os homens de bem da Nação, que negar a necessidade desse comparecimento, lutar por essa abstenção equivale a lutar pela negação do próprio regime democrático representativo.

Não compreendemos por que qualquer cidadão, vivendo num país como o nosso, em que são plenas as franquias democráticas, se sente no dever de negar à democracia o direito sagrado de o povo exercitá-la livremente. Não será demais dizer que somente através da vontade do povo é que se constroem e se fortalecem os regimes. E também através dela que poderemos consolidar em nossa pátria o regime de representação em que vivemos e haveremos de viver pela vontade do Brasil.

Tenho certeza de que, a 6 de janeiro, São Paulo há de estar presente à convocação cívica que lhe faz o País e que até mesmo aqueles que desejam responsabilizar-me por atos administrativos, bem como os que desejam um regime de unidade e de responsabilidade para poder criticar as autoridades constituídas, estarão presentes às urnas.

Cabe-me agora agradecer ao governador deste Estado, Professor Carvalho Pinto, as inúmeras manifestações de apoio que nunca faltaram por parte de Sua Excelência ao Governo Federal. Chega o eminente governador ao fim do seu mandato, podendo olhar de frente o povo de São Paulo. Chega

Sua Excelência ao fim de sua jornada, recebendo manifestações, como esta de que foi alvo aqui em Rio Preto, que constituem o maior penhor que pode merecer um homem público ao terminar seu mandato eletivo. Creia-me, Senhor Governador Carvalho Pinto, que, se Vossa Excelência se vê hoje cercado pelo respeito e pela admiração de seu povo, deste nobre povo paulista, é porque soube cumprir o seu dever e dignificar a confiança com que foi distinguido.

Desejo dirigir algumas palavras às classes produtoras deste Município de São José do Rio Preto, bem como a toda esta fértil e importante região de São Paulo e do Brasil. Realmente, tem razão o Governador Carvalho Pinto quando afirma que, infelizmente, os governos centrais não têm dado a assistência e o apoio indispensáveis aos homens que laboram debruçados sobre a terra fecunda de São Paulo e do Brasil e ajudam a criar a riqueza nos campos e nas cidades do País. De algum tempo a esta parte, tenho procurado fazer sentir ao Conselho de Ministros, que é o responsável pela prática dos atos de administração, a necessidade de uma política de assistência mais objetiva aos homens que se dedicam à agricultura. Entendo que poderá concorrer para tumultuar a vida da Nação um crescimento como o que atualmente ocorre no setor industrial, se não tivermos a segui-lo, no mesmo nível, o desenvolvimento de nossa estrutura agrícola.

De nada adiantaria mesmo esse crescimento unilateral se, através de uma agricultura mal orientada e mal assistida, fôssemos agravando cada vez mais os problemas básicos do povo: abastecimento, preços e alimentação.

Na vigência do Governo parlamentarista, empenhei-me junto ao Conselho de Ministros por algumas medidas que, graças a Deus, já foram postas em prática por parte do Banco do Brasil. Não faz muito tempo, atendendo a um pedido desta mesma região de Araraquara, encaminhamo-lo ao Banco do Brasil. Tratava-se de financiamento a pequenos agricultores, feitos sem qualquer burocracia e com os juros rebaixados à taxa de 4% ao ano. A medida já se encontra em vigor e os contratos até um milhão de cruzeiros, para os agricultores menores, os mais humildes, não necessitam mais da complicada tramitação burocrática de registro de papéis e de contratos. Hoje, o financiamento é feito com rapidez e a juro por assim dizer simbólico, porque muito mais do que este pagavam os pequenos agricultores àqueles que os financiavam e depois recebiam todo o fruto do seu trabalho. Ainda mais: por seu sacrifício, recebiam os agricultores um preço vil, muito aquém do mínimo

indispensável para atender às necessidades básicas do homem que vive dos trabalhos do campo.

Estamos empenhados na concretização de um plano que está sendo executado por um paulista que conhece as necessidades de São Paulo, o atual Ministro da Agricultura, Renato Costa Lima. Conforme esse plano, todos os agricultores poderão obter os implementos agrícolas necessários à sua lavoura a prazo longo — 8, 10 ou mais anos — e a juros baixos, com amortizações pequenas, o que concorrerá para que lhes seja compensada a elevação extraordinária dos preços que tais equipamentos alcançarem nos mercados interno e externo.

Outro problema que se constituirá em permanente preocupação do Governo, a partir de 1963, é o que se refere à fixação dos preços mínimos, sobretudo da garantia por parte do Poder Federal de que esses preços serão mantidos e de que o produtor brasileiro poderá confiar na ação do Governo, que lhe assegurará cobertura através do pagamento efetivo e do recebimento dos produtos agrícolas que lhe foram entregues.

Estes problemas, enquanto não tiverem solução adequada, serão sempre motivos de preocupação para o Governo. Acredito mesmo que devem eles ser tratados de preferência aos grandes planos e às metas mirabolantes. Nosso dever é cuidar desses problemas, de vez que são essenciais ao bem-estar da coletividade nacional. E, ao cuidar desses problemas, organizados e estruturados através de uma política de atendimento e de apoio aos homens que vivem no interior, procuraremos também, paralelamente, combater a inflação que vem tumultuando a Nação e destruindo os orçamentos, principalmente os das classes menos favorecidas, essa inflação que beneficia a poucos em detrimento dos interesses legítimos da maioria da população, essa inflação que está contribuindo para cristalizar privilégios de uma minoria que enriquece cada vez mais, enquanto as grandes massas populacionais do País empobrecem, vendo exaurir-se na espiral dos preços sua capacidade aquisitiva.

Empenhar-nos-emos a fundo no combate a esta inflação que tantos males nos causa e tantas preocupações dá ao País, mas nessa luta contra o Moloque dos nossos dias — meus amigos de São Paulo e de São José do Rio Preto — teremos o cuidado preciso de evitar a execução de medidas que venham a estagnar ou mesmo a diminuir o desenvolvimento da economia nacional, porque a estagnação seria o fim, seria o caos, seria a marcha incontida para a revolução social, de consequências imprevisíveis.

Não aceitamos a teoria preconizada por alguns conceitos clássicos em economia, hoje já superados, de que os cortes nas despesas devem ser bruscos, totais em todas as linhas, para que através deles se venha a conseguir o equilíbrio orçamentário. Entendemos que, no caso, os cortes deverão atingir apenas os empreendimentos que tenham curso no processo inflacionário, mas nunca os que contribuam para o desenvolvimento da riqueza nacional.

Mais uma vez agradeço ao povo e às autoridades de São José do Rio Preto todas as provas de estima e consideração que me têm dado nesta visita tão grata. Aproveito o instante em que me sinto à vontade em vosso meio, no seio deste povo amigo, para afirmar que, como homem do povo e humilde que sempre fui, ligado aos sentimentos da classe operária e das classes populares, não me envaidecem as honrarias do cargo de Presidente da República, muito embora as receba com profundo respeito, consciente das graves, gravíssimas responsabilidades que pesam sobre meus ombros, muito principalmente agora, quando o País está vivendo horas difíceis.

Sabe São Paulo e sabe todo o Brasil que jamais corri atrás de posições. A própria Presidência o destino reservou-me depois dos acontecimentos que ainda estão na memória de todos nós. Foram acontecimentos estranhos à vontade do povo, estranhos também à minha vontade, pois nem sequer estava em território brasileiro, que me reservaram a responsabilidade de dirigir os destinos de nossa pátria. Mas assumi o cargo com humildade, pedindo a todas as forças vivas do País, aos homens da produção e aos homens do trabalho, aos das cidades e dos campos, que me ajudassem a superar as graves dificuldades que teria de enfrentar. Ainda hoje essa ajuda é necessária não só a mim como a toda a Nação, para que todos nós, inspirados por Deus, possamos superar os obstáculos que se antepõem à marcha do Brasil no sentido de seu desenvolvimento. Apesar de tudo, trago a São José do Rio Preto uma mensagem de fé e de esperança, porque confio nos superiores destinos do Brasil. Um país com as possibilidades extraordinárias do nosso não pode jamais se acovardar ante as dificuldades que se lhe apresentam. E se o País não se acovarda, os homens públicos que estão à testa do seu destino não têm o direito de temer e muito menos de procurar jogar em outros ombros as responsabilidades que lhes cabem nas horas difíceis. Tenho a certeza de que São Paulo, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do Brasil, que sempre atendeu ao chamamento da Nação, nas suas horas graves, haverá de estar presente à luta democrática que se travará a 6 de

janeiro, bem como à convocação do Governo em favor da emancipação econômica nacional.

Estou certo de que todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas colorações partidárias, não negarão sua colaboração a um plano do Governo que vise, acima de tudo, à restauração de nossa economia e, concomitantemente, ao aceleramento do desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado a São José do Rio Preto e igualmente muito obrigado ao eminente Governador do Estado de Minas Gerais, o ilustre brasileiro Magalhães Pinto, que veio aqui, como soldado da causa democrática, pedir também ao nosso povo que cumpra o seu dever cívico, comparecendo às urnas a 6 de janeiro.

Tenho agora, às mãos, um bilhete que, democraticamente, um dos prefeitos presentes me dirige. Indaga ele, interpretando o pensamento dos seus demais colegas que aqui estão, o que há de positivo a respeito das quotas do imposto de renda e do imposto de consumo devidas pela União aos municípios brasileiros. Ainda há pouco afirmava eu que o Governo Central precisa apoiar-se na colaboração dos municípios. Vou mais além: ele precisa inspirar-se, também, nas suas dificuldades, sem o que não poderá realizar uma administração compatível com os sentimentos do povo brasileiro. Sinto-me à vontade para, confirmando as palavras de há pouco, reproduzi-las agora com a afirmação aos Senhores Prefeitos de que o pagamento integral das quotas do imposto de renda foi autorizado pelo Ministro da Fazenda, apesar das dúvidas jurídicas que existiam em relação ao plano de economia de 40%, restabelecido por decreto. Mas entendeu o Consultor Jurídico que o texto da Constituição devia prevalecer e o Governo autorizou — como acabo de dizer — o pagamento integral do imposto de renda, que já se encontra à disposição dos Senhores Prefeitos. O Banco do Brasil, por sua vez, está exigindo ordens de cobertura às Delegacias Regionais, a fim de que seja facilitado o cumprimento desse dever da União para com os municípios.

Quanto à quota devida pelo imposto de consumo, surgiu também uma dúvida, que está sendo esclarecida pelos setores jurídicos da administração federal. Essa dúvida vem sendo objeto de estudos, que, acredito, serão concluídos pelo pagamento dessa quota devida pela União aos municípios e consignada no Orçamento Geral da República de 1962.

Há pouco mantive longo contato com a Associação Brasileira de Municípios e, na ocasião, afirmei aos dirigentes dessa entidade que o Governo Federal se empenhará por todos os meios a seu alcance para consignar, ainda neste exercício, a verba correspondente ao pagamento da quota do

imposto de consumo aos municípios, a fim de que não caiam em exercício findo. Creio que, dando essas informações, atendi à curiosidade e, mais do que isto, à muito justa ansiedade dos prefeitos que me fizeram a pergunta. Nada mais legítimo para os senhores do que se preocuparem com a sorte dos seus municípios e das suas administrações.

Antes de concluir, renovo o meu muito obrigado à magnífica cidade de São José do Rio Preto por esta manifestação de confiança e amizade que me foi prodigalizada e que tanto me sensibilizou.

Discurso sobre Política Externa e Dívida Brasileira

Fevereiro de 1964.

Brasileiros: a atual política externa brasileira encontra autenticidade na fiel interpretação dos objetivos nacionais, defendidos por um povo consciente do seu alto destino e desejoso de realizá-lo sob comando próprio, sem subordinação de qualquer espécie, mas, também, sem isolamentos. Orgulhamo-nos de poder afirmar que mantemos diálogo construtivo com todos os povos e não temos problemas com nenhum país. Nesse sentido, e ainda recentemente, concluímos com a República Federal da Alemanha importantes acordos de natureza financeira e técnica que reforçam os laços tradicionais entre os dois países e asseguram contribuição substancial ao nosso esforço de desenvolvimento econômico. Dos Estados Unidos da América recebemos manifestação de entendimento e colaboração através da carta que me endereçou, a 19 de dezembro último, o eminente presidente Lindon Johnson. Pelas cartas entre mim e o ilustre general De Gaulle em janeiro último, recolocamos nos devidos termos a tradicional amizade entre a França e o Brasil. Com os países socialistas mantemos, igualmente, as melhores relações e, nesse sentido, devemos ressaltar o significado da recente visita que realizou ao Brasil o Marechal presidente da Iugoslávia, ocasião em que foram assinados acordos de real interesse para ambos os países.

Também no plano continental é completo nosso entendimento com os países irmãos.

Devo ressaltar, igualmente, os proveitosos entendimentos para o progresso da unidade de ação latino-americana, que mantive com o presidente Jorge Alessandri, do Chile, com o presidente do Conselho do Uruguai, Dr. Femandez Crespo e com o presidente Lopez Mateus, do México, nas visitas que realizei a esses países. Os resultados dos entendimentos se refletiram favoravelmente nos esforços para proporcionar mais dinamismo à entidade que hoje já se transformou em valioso instrumento de defesa da economia latino-americana. Acertamos com o Paraguai a realização do importante projeto da Hidrelétrica de Sete Quedas, com o devido resguardo dos interesses dos países envolvidos. A 12 de abril próximo terei a honra de receber no Brasil a visita do preclaro Presidente da grande nação argentina, Dr. Illia.

Assim, em todos os continentes e em todos os países encontra hoje o Brasil a receptividade para um trabalho a favor da convivência pacífica e de entendimento internacional. Nossa voz é ouvida e acatada nas assembleias internacionais, as levamos contribuições positivas para o encaminhamento dos grandes problemas do mundo de nossos dias.

Como resultado expressivo dessa política externa, posso, nesta oportunidade, afirmar à Nação que as manifestações expressas de concordância e apoio já recebidas dos países que são os nossos maiores credores, me autorizam a anunciar que, nos próximos dias, estarão definitivamente ajustadas as bases de reescalonamento da dívida comercial brasileira, nos termos propostos pelo meu Governo.

Quando assumi a presidência da República, defrontava-se o país com pesados encargos financeiros no exterior.

A extremada preocupação de governos anteriores em obter recursos externos levou à acumulação de compromissos sem esquemas de pagamentos viáveis, transladando a responsabilidade de sua liquidação para os governos que se sucedessem. Com isso criou-se situação em que a não implementação das obrigações e o apelo a sucessivas prorrogações de nossos compromissos vieram abalar nosso crédito no exterior. À medida que se revelava nossa incapacidade em solver a dívida externa em curto prazo, era o país compelido a condições reconhecidamente inaplicáveis em face da própria política econômico-financeira interna.

Encontrei, com vencimento previsto para o biênio 1964/65 compromissos no montante de um bilhão e trezentos milhões de dólares, equivalentes à

nossa receita de exportação no período de um ano. Tomou-se patente que o restabelecimento da normalidade dos pagamentos externos do Brasil e a crescente estabilidade da economia brasileira ficariam grandemente facilitados, desde que o nosso compromisso financeiro não excedesse a 150 milhões de dólares por ano, ou a 300 milhões em dois anos.

Empenhei-me em restabelecer, em termos altivos, o diálogo com os países credores, convencendo-os da necessidade de um reescalonamento em bases reais e a longo prazo para que o Brasil possa, sem sacrifício e sem quebra de sua autoridade e soberania, cumprir rigorosamente seus compromissos e atender aos imperativos do desenvolvimento e da emancipação nacional. Estamos decididos a evitar que se repita uma concentração de compromissos financeiros acima de níveis reconhecidamente razoáveis.

Encontramos agora melhor compreensão para a situação brasileira.

Com a receptividade de nossas gestões, restauraremos o crédito do Brasil no exterior. Ao contrário do que aconteceu no passado, ajustaremos agora os compromissos externos à nossa efetiva capacidade de pagamento. O Governo que me suceder não encontrará o mesmo impasse que enfrentei e que só agora é superado. Poderia ter pleiteado, e isto seria bem mais fácil, o adiamento puro e simples de nossos compromissos para 1966. Nunca aceitaria, porém, tal solução, pois não estão em jogo pessoas nem governos e sim o Brasil e a intangibilidade de seu conceito internacional.

Levamos a efeito uma negociação da maior relevância para o país com total respeito à sua soberania. Devemos ressaltar que a recomposição de nossos esquemas de pagamentos externos se faz sem qualquer intromissão em nossa vida interna, sem qualquer ingerência na programação da nossa política econômico-financeira.

Equacionado o problema de nossas relações financeiras internacionais, impunham-se, paralelamente, diversas medidas tendentes a sanear as finanças internas e a resguardar o processo de desenvolvimento do país.

A primeira dessas medidas foi hoje adotada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito e diz respeito a uma reforma do sistema cambial, com vistas ao do Balanço de Pagamentos, mediante forte estímulo às exportações.

A reforma elimina o inconveniente de deterioração progressiva da remuneração cambial dos produtos exportados em relação aos custos internos crescentes. Ao mesmo tempo, atende à preocupação de evitar impacto inflacionário na economia e agravamento do custo de vida ao manter uma

taxa especial para determinação da gama de produtos importados. Essa taxa será garantida ainda à Petrobras para aquisição de equipamentos indispensáveis ao seu programa de investimentos, e, bem assim, serão tomadas medidas complementares para assegurar os recursos essenciais ao programa de execução do monopólio estatal do petróleo e aos programas prioritários do Governo.

Evita-se, ao mesmo tempo, a possibilidade dos artifícios que vinham sendo utilizados, burlando o fisco e as normas vigentes e estabelecendo, de fato, condições desfavoráveis para as empresas estatais que se dedicam às exportações. Com a reforma, a Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, poderá atender satisfatoriamente a seus compromissos firmados, que representam vendas da ordem de três bilhões de dólares, dentro dos próximos 15 anos.

Ao eliminar-se, elimina-se, também, o grande obstáculo que vinha bloqueando nosso comércio com os países da faixa bilateral, especialmente os promissores mercados do Leste europeu, porquanto a rigidez da taxa cambial obrigava a sobrepassos tanto na exportação quanto na importação no comércio com esses países. Assegura-se ainda, com a reforma, o monopólio para o Banco do Brasil das divisas produzidas pelo café e açúcar, produtos que vêm obtendo boa cotação no mercado internacional, o que representará uma disponibilidade de mais de um bilhão de dólares, para que o Governo possa atender a seus programas prioritários.

Estas medidas, da maior importância na vida econômica e financeira do país, através das quais passam ao comando direto do Banco do Brasil as cambiais oriundas dos produtos básicos da nossa exportação, representam uma etapa no sentido do controle cambial progressivo, condição à completa liberação das forças produtoras nacionais e ao pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A contínua deterioração das condições do comércio internacional, suportada pelos países em desenvolvimento, exportadores de produtos primários, veio despertar a consciência universal de que não somente correm riscos seus programas de industrialização em busca de melhores níveis de vida, mas bem de que se alarga progressivamente a distância que separa as regiões subdesenvolvidas do mundo.

O grupo de países altamente industrializados, com uma renda média "per capita" da ordem de 1.500 dólares e podendo dedicar de 15 a 25% dessa renda a poupança e investimentos para a formação do capital fixo, está

capacitado a ostentar níveis de crescimento entre 5 a 9% ao ano, o que lhe permitiria alcançar, ao ano de uma geração, uma renda "per capita" da ordem de 3.630 dólares. Enquanto isso, o grupo de países em desenvolvimento, partindo de uma renda média "per capita" da ordem de 120 dólares e confrontando com uma taxa de crescimento demográfico superior à dos países industrializados, só tem podido dedicar à formação de capital fixo a percentagem de 5 a 12% dessa renda e não deverá alcançar, ao fim de uma geração, um nível de renda média "per capita" superior a 251 dólares.

Nessas condições, se já é insuportável a diferença de vida atualmente existente entre países industrializados e os subdesenvolvidos, ainda maior será a distância entre os dois mundos com o correr dos anos se não for retificada em seus fundamentos a ordem econômica internacional.

Dentro de vinte e cinco anos a população mundial duplicará, atingindo seis bilhões de pessoas, cinco dos quais viverão nas atuais regiões subdesenvolvidas. Ao se manterem as tendências presentes, aquela disparidade gritante não poderá deixar de provocar situação incompatível até com os princípios de dignidade humana e solidariedade cristã.

A participação dos países subdesenvolvidos no comércio internacional diminui progressivamente em relação à dos industrializados. Enquanto as exportações destes últimos passavam de 37 bilhões de dólares em 1950 para 85 bilhões de dólares em 1960, as exportações dos primeiros cresceram apenas de 19 bilhões para 27 bilhões de dólares no período em causa.

No conjunto das exportações mundiais, a participação de uma região em desenvolvimento como a América Latina baixava a do total de 1962, contrastando com uma parcela de em 1948 e ainda inferior à participação de 1938, da ordem de 7,3%.

O Brasil confia que, na próxima Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, a realizar-se em Genebra a partir de 23 de março, surgirá uma solução de grandeza, na medida dos graves problemas que mantêm o mundo em clima de intranquilidade e apreensão. Considera o Governo brasileiro indispensável que nela se consagrem definitivamente certos princípios cuja aceitação se faz inadiável. Assim, o princípio de que não se deve mais exigir estrita reciprocidade de concessão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, liberando-se estes dos encargos da retribuição de vantagens negociadas; o de que não é justo aplicar normas iguais para países em diferente nível de desenvolvimento econômico; o de que não é lícito que os países desenvolvidos se sirvam de cláusulas de salvaguarda ou fórmulas

novas para dificultar a livre competição de artigos de países subdesenvolvidos em seus mercados; o de que a solução do problema dos países subdesenvolvidos deve ter prioridade sobre a eliminação dos obstáculos entre países desenvolvidos, pois, do contrário, se estariam aumentando as dificuldades daqueles; o da livre entrada dos produtos tropicais nos mercados dos países industrializados.

O Brasil dará o melhor dos seus esforços num labor de compreensão e entendimento, para que se alcancem plenamente os objetivos.

Ao pugnar por um esforço coletivo pela reestruturação do comércio mundial, o Brasil tem consciência de que ocupa uma posição singular entre os países que encetaram a marcha para o desenvolvimento.

Conseguimos reunir dentro de nossas fronteiras os fatores necessários para a expansão econômica. Sendo assim, nosso máximo empenho deverá concentrar-se na plena mobilização dos nossos próprios recursos.

Enfrentamos hoje problemas resultantes da capacidade ociosa de setores de nossa produção que só poderão ser resolvidos com a expansão do mercado interno. Este constitui um dos objetivos fundamentais das reformas de base, pois somente através delas poderemos a grande maioria da população brasileira, que permanece marginalizada, em elementos ativos do processo econômico.

Preparando o terreno para essas reformas, cabe ao Estado, após adequada ordenação de seus compromissos financeiros no exterior e do saneamento de suas finanças, promover o pleno emprego dos fatores internos disponíveis.

Nesse sentido, e em consonância com as diretrizes da reforma cambial, o Governo divulga, dentro de três dias, programa elaborado para enfrentar a aceleração do processo inflacionário. Simultaneamente, e ante o imperativo de se resguardar a capacidade aquisitiva das classes médias e trabalhadoras, o Governo, ao elevar os índices do salário mínimo, fará executar medidas concretas destinadas à defesa direta da economia popular.

Desde já o Governo adverte que não permitirá, sob nenhum pretexto, manobras especulativas que venham a agravar ainda mais as dificuldades de vida do nosso povo. Usaremos de todos os meios legais para combater quaisquer tentativas de exploração ilícita, partam de onde partirem, que visem a anular antecipadamente os benefícios das novas e inadiáveis tabelas de salário que serão decretadas.

Evidencia-se, assim, estar o Governo realizando enormes esforços, dentro da órbita de suas atribuições constitucionais, quer no âmbito externo quer no interno, no sentido de condições indispensáveis para acelerar o progresso do país e assegurar a participação crescente do povo brasileiro no desenvolvimento nacional.

Insisto em ressaltar que o êxito de todos esses esforços administrativos somente será atingido com a realização das reformas de base através das quais serão extintas, dentro do nacional, as profundas e intoleráveis desigualdades sociais.

Brasileiros, o ano de 1964 não será apenas marcado por um ingente esforço do Governo em prol da recuperação econômico-financeira do país: 1964 será também o ano da decisão definitiva das reformas de base, para que, por meio delas, possamos assegurar a conquista pacífica dos grandes objetivos nacionais de emancipação econômica e justiça social.

Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil

Rio de Janeiro (RJ), 13 de março 1964.

Devo agradecer às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação, devo agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração extraordinária a que assistimos emocionados, aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer, também, aos sindicatos quem de todos os estados mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os patrícios, neste instante mobilizados em todos os recantos do país, e ouvindo o povo através do rádio ou da televisão. Dirijo-me a todos os brasileiros, e não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações, o direito de serem brasileiros e o de trabalhar de sol a sol pela grandeza deste país. Presidente de oitenta milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam bem entendidas por todos os nossos patrícios. Vou falar em linguagem (...) rude, mas que é sincera e sem subterfúgios. É também a linguagem de esperança, de quem quer inspirar confiança no futuro, mas de quem tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade que vivemos.

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, pensando na campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu

Presidente, na presença das lideranças populares mais representativas deste país, que se encontram também conosco, nesta festa cívica.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício. Ainda ontem eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores de lá, que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.

Democracia, trabalhadores, é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los pelo caminho do entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as sua reivindicações.

Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras

do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos. É dentro desta autêntica doutrina que o governo brasileiro vem procurando situar sua política social, particularmente no que diz respeito à nossa realidade agrária. O cristianismo nunca foi o escudo para privilégios condenados para o Santo Padre, nem também, brasileiro, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as sua aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria.

Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranquila para a Nação, àqueles que em todo o Brasil nos ouvem nesta oportunidade, o que eu posso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social. Perdem seu tempo, também, os que temem que o governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais, como perdem também seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra as suas reivindicações. Ação repressiva, trabalhadores, é a que o governo está praticando e vai ampliar cada vez mais e mais implacavelmente, aqui na Guanabara e em outros Estados, contra aqueles que especulam, contra as dificuldades do povo, contra os que exploram o povo, que sonegam gêneros alimentícios ou que jogam com seus preços. Ainda ontem, dentro de associações de cúpula de classes conservadoras, ibadianos de ontem levantaram a voz contra o Presidente pelo crime de defender o povo contra os que o exploram na rua e em seus lares, através da exploração e da ganância.

Mas não tiram o sono as manifestações de protestos dos gananciosos, mascaradas de frases patrióticas, mas que, na realidade, traduzem suas esperanças e seus propósitos de restabelecer impunidade para suas atividades antipopulares e anti-sociais. Por outro lado, não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar – e tenho proclamado e continuarei proclamando nos recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição. Há necessidade, trabalhadores, da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do

desenvolvimento desta Nação. A Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia, quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; quer que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada à representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações, ideológicas ou religiosas.

Todos, todos os brasileiros, todos têm o direito à liberdade de opinião, de manifestar também sem temor seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros. Está nisso, trabalhadores, está nisso, povo brasileiro, o sentido profundo desta grande e incalculável multidão que presta, neste instante, sua manifestação ao Presidente, que vem também lhe prestar conta de seus problemas, mas também de suas atitudes e de sua convicções nas lutas que vem enfrentando, luta contra forças poderosas, mas confiando sempre na unidade do povo e das classes trabalhadoras, unidade que há de encurtar o caminho da nossa emancipação. É apenas de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional. São, certamente, trabalhadores, os piores surdos e os piores cegos, porque poderão com tanta surdez e com tanta cegueira, ser, amanhã, responsáveis, perante a História, pelo sangue brasileiro que possa ser derramado, ao pretenderem levantar obstáculos à caminhada do Brasil e à emancipação do povo brasileiro.

De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas e do progresso. E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país. O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos brasileiros já não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm se impacientam com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente

construído também com o esforço dos trabalhadores e o sacrifício dos humildes. Vamos continuar lutando pela construção de novas usinas, pela abertura de novas estradas, pela implantação de mais fábricas, de novas escolas, de hospitais para o povo sofredor; mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma justa participação no desenvolvimento nacional.

Não, trabalhadores; não, brasileiros: sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria neste país. Nada adianta dar-lhe aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem iludir e enganar o povo brasileiro. Meus patrícios, a hora é a hora da reforma, brasileiros, reforma de estrutura, reforma de métodos, reforma de estilo de trabalho e reforma de objetivo para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível produzir sem reformar, que não é mais possível admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional, para milhões e milhões de brasileiros, da portentosa civilização industrial, porque dela conhecem apenas a vida cara, as desilusões, o sofrimento e as ilusões passadas. O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da Supra. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais, e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subtilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável.

Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderam das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou setenta bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar

os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim do povo.

Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e a longo prazo.

Reforma Agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma Agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso de decreto da Supra não é a reforma agrária.

Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, poderemos ter leis agrárias honestas e bem intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas.

Graças à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a Supra, graças a essa colaboração, meus patrícios, espero que dentro de menos de sessenta dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação. E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhes dará um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e sua família irão trabalhar para si próprios, porque até aqui eles trabalharam para o dono da terra, a quem entregam, como aluguel, metade de sua produção. E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer à reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países civilizados do mundo já foi suprido do texto constitucional aquela parte que obriga a desapropriação por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro.

No Japão de pós-guerra, há vinte anos, ainda ocupado pelas forças aliadas vitoriosas, sob o patrocínio do comando vencedor, foram distribuídos dois milhões e meio de hectares das melhores terras do país, com indenizações pagas em bônus com vinte e quatro anos de prazo, juros de 3,65% ao ano. E quem é que se lembrou de chamar o General Macarthur de subversivo ou extremista?

Na Itália, ocidental e democrática, foram distribuídos um milhão de hectares, em números redondos, na primeira fase de uma reforma agrária

cristã e pacífica iniciada há quinze anos. Cento e cinquenta mil famílias foram beneficiadas.

No México, durante os anos de 1932 a 1945, foram distribuídas trinta milhões de hectares, com pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, vinte anos de prazo, juros de 5% ao ano, e desapropriação dos latifúndios com base no valor fiscal.

Na Índia foram promulgadas leis que determinam a abolição da grande propriedade mal aproveitada, transferindo as terras para os camponeses. Essas leis abrangem cerca de sessenta e oito milhões de hectares, ou seja, a metade da área cultivada da Índia.

Portanto, não existe argumento capaz de poder afirmar que no Brasil, uma nação jovem, que se projeta para o futuro, não se possa também fazer a reforma da Constituição para a reforma agrária autêntica e verdadeira.

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver.

Os tecidos e os sapatos sobram nas prateleiras das lojas e as nossas fábricas estão produzindo muito abaixo de sua capacidade. Ao mesmo tempo em que isso acontece, as nossas populações mais pobres vestem farrapos e andam descalças, porque não têm dinheiro para comprar.

Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também, para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria, e no bem-estar do seu povo.

Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários?

O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e haveremos de conquistar.

Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga aluguéis da terra que sobem a mais de 50% da produção obtida daquela terra, não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social. No meu Estado, por exemplo, o Estado do Dep. Leonel Brizola, 65% da produção de arroz é obtida em terras alugadas e o arrendamento ascende a mais de 55% do valor da produção. O que ocorre no Rio Grande é que um arrendatário de terras para o plantio de arroz paga, em cada ano, o valor total da terra que ele trabalhou para o proprietário. Esse inquilino rural desumano e medieval é o grande responsável pela produção insuficiente e cara que torna insuportável o custo de vida para as classes populares em nosso país.

A reforma agrária só prejudica uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida.

E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender os anseios do povo, nos Estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.

Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja o seu esforço, e até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamada pela Nação.

Tenho autoridade para lutar pela reforma da atual Constituição, porque esta reforma é indispensável e porque o seu objetivo único e exclusivo é abrir o caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo. Não me animam, trabalhadores – e é bom que a Nação me ouça –, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão, acima de todos, o povo brasileiro e os governos que me sucederão. A eles, trabalhadores, desejo entregar uma Nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História nos legou.

Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do congresso Nacional à mensagem presidencial deste ano. Nela, estão claramente expressas as intenções e os objetivos deste governo. Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste país e assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e trabalho, pelo caminho da paz e do entendimento, isto é, pelo caminho reformista, pacífico e democrático.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome destas cento e cinquenta ou duzentas mil pessoas que aqui estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias. Mas também, trabalhadores, quero referir-me a um outro ato que acabo de assinar, interpretando os sentimentos nacionalistas deste país. Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares.

A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional.

Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidados elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito.

Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas.

O imortal e grande patriota tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais. E eu, particularmente, vivo hoje momento de profunda emoção ao poder dizer que, com este ato, soube interpretar o sentimento do povo brasileiro.

Alegra-me ver, também, o povo reunido para prestigiar medidas como esta, da maior significação para o desenvolvimento do país e que habilita o Brasil a aproveitar melhor as suas riquezas minerais, especialmente as riquezas criadas pelo monopólio do petróleo. O povo estará sempre presente nas ruas e nas praças públicas, para prestigiar um governo que pratica atos como

estes, e também para mostrar às forças reacionárias que há de continuar a sua caminhada, no rumo da emancipação nacional.

Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos, que permita a todos os brasileiros que lutam pelo engrandecimento do país a influir nos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, pugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível.

Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários de classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas.

Ao lado dessas medidas e desses decretos, o governo continua examinando outras providências de fundamental importância para a defesa do povo, especialmente das classes populares.

Dentro de poucas horas, outro decreto será dado ao conhecimento da Nação. É o que vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares. Apartamento, no Brasil, só pode e só deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste país. Estejam tranquilos que dentro em breve esse decreto será uma realidade.

E realidade há de ser também a rigorosa e implacável fiscalização para que seja cumprido. O governo, apesar dos ataques que tem sofrido, apesar dos insultos, não recuará um centímetro sequer na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo. E faço um apelo ao povo para que ajude o governo na fiscalização dos exploradores do povo, que são também exploradores do Brasil. Aqueles que desrespeitam a lei, explorando o povo – não interessa o tamanho de sua fortuna, nem de seu poder, esteja ele em Olaria ou na rua do Acre – hão de responder perante a lei pelo seu crime.

Aos servidores públicos da Nação, aos médicos, aos engenheiros do serviço público, que também não me têm faltado com seu apoio e o calor de sua solidariedade, posso afirmar que suas reivindicações justas estão sendo objeto de estudo final e que em breve serão atendidas. Atendidas porque o

governo deseja cumprir o seu dever com aqueles que permanentemente cumprem o seu para com o país.

Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento do nosso dever. À medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação.

Sei das reações que nos esperam, mas estou tranquilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e da sua unidade, e não faltará com seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.

Quero agradecer, mais uma vez, esta extraordinária manifestação em que os nossos mais significativos líderes populares vieram dialogar com o povo brasileiro, especialmente com o bravo povo carioca, a respeito dos problemas que preocupam a Nação e afligem todos os nossos patrícios.

Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação.

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil.

Anexos

Centro de Estudos Estratégicos

Revista Parcerias Estratégicas

Crise de Cuba: Troca de Cartas
entre os Presidentes dos
Estados Unidos e do Brasil

A crise de Cuba de 1962, provocada pela instalação, por parte da antiga URSS, de mísseis ofensivos na ilha caribenha, foi um dos momentos de maior tensão na história da Guerra Fria. Num dos lances do referido conflito, o Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, dirigiu carta ao Presidente João Goulart, em 22 de outubro de 1962, na qual, entre outros pontos, formulava "convite ao Senhor no sentido de que seus assessores militares discutam com os meus a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer". A resposta do Presidente João Goulart e a carta do primeiro mandatário estadunidense foram publicadas no livro do Deputado Almino Afonso, intitulado "Raízes do Golpe - Da Crise da Legalidade ao Parlamentarismo 1961 a 1963",

(Editora Marco Zero, 1988). Nessa obra, o parlamentar por São Paulo sublinha que a Carta do Presidente Goulart somente foi localizada graças a seus esforços com a colaboração do Itamaraty, na Embaixada do Brasil, em Washington, uma vez que "o Ministério das Relações Exteriores não a tinha em seus arquivos em Brasília", e "tampouco o Secretário Riff tivera a iniciativa de guardar uma cópia".

Na mencionada carta, o Presidente Goulart reafirma, entre outros pontos, a "fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental", ao mesmo tempo em que ressalta que "o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação".

Washington, 22 de outubro de 1962.

Senhor Presidente,

Enfrentamos, neste hemisfério, a necessidade e a oportunidade de determinar, pela sabedoria de nossa ação conjunta nos próximos dias, quiçá todo o futuro do homem na Terra.

O Senhor depreenderá de meu pronunciamento ao povo norte-americano a gravidade da ameaça ao hemisfério ocidental que o atual regime cubano permitiu à URSS instalar em seu solo.

Não se trata, entretanto, apenas de uma ameaça militar contra nós. Os atos da União Soviética, em afronta a nossos conhecidos e já tradicionalmente estimados acordos de defesa e segurança do hemisfério; sua continuidade, desconsiderando minha advertência, de 4 de setembro, da qual tinham plena ciência; e os reiterados desmentidos soviéticos, em pronunciamentos públicos e em conversações privadas, quanto à execução ou mesmo à cogitação desses atos - tudo isso deixa claro que os soviéticos estão lançando um desafio audaz e belicoso a todos os povos livres.

Temos de responder a esse gesto temerário com uma decisão conjunta. Do contrário, a União Soviética passará a violações cada vez mais flagrantes dos requisitos para a paz e liberdade internacionais, até que não nos restarão outras opções senão a capitulação completa ou a deflagração de um holocausto nuclear.

Temos de firmar uma posição imediatamente; o mundo todo estará nos observando. Questões acerca das quais nós, deste hemisfério, talvez tenhamos pequenas discordância, bem como divergências políticas entre nossos povos, tornam-se insignificantes diante dessa ameaça à paz.

Espero, diante desse contexto, que o Senhor sinta que seu país deseja juntar-se ao meu para expressar sua indignação contra este comportamento, cubano e soviético, e conto com que o Senhor deseje expressar publicamente o sentimento de seu povo.

Espero também que o Senhor concorde comigo quanto à necessidade urgente de se convocar uma reunião imediata do Órgão Consultivo do Sistema Interamericano, sob o Pacto do Rio.

Os Estados Unidos irão propor a esse organismo, assim que ele se reúna, a adoção de uma resolução que enfrente com efetividade essa nova e perigosa situação. Meu Embaixador poderá lhe entregar o texto proposto dessa

resolução. A colocação de armas ofensivas com potência nuclear em Cuba claramente "coloca em perigo a paz e a segurança do continente", nos termos do Artigo 6° daquele Pacto. Estou seguro de que o Senhor concordará que uma resolução dessa natureza faz-se urgente.

Estou também requerendo uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pedi ao Embaixador Stevenson que apresente, em nome dos Estados Unidos, uma resolução que exija a retirada de Cuba de bases para mísseis e de outras armas ofensivas, sob a supervisão de observadores das Nações Unidas. Espero que o Senhor determine a seu representante em Nova Iorque que trabalhe ativamente conosco e que apóie abertamente o programa acima indicado nas Nações Unidas.

Desejo também formular um convite ao Senhor no sentido de que seus assessores militares discutam com os meus a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer.

Sinto-me confiante em que, mediante um enfrentamento conjunto dessa ameaça através de medidas sábias - que combinem a firmeza e a contenção que a natureza da crise demanda - de que passaremos a um novo patamar de progresso para o mundo livre, com menor temor da dominação mundial pelo comunismo internacional. Nesse sentido, após ter apontado o perigo para a paz mundial que as ações da União Soviética em Cuba representam, escrevi ao Sr. Krushev expressando minha esperança de que serão tomadas medidas que nos permitirão retomar o caminho das negociações pacíficas.

John F. Kennedy

Brasília, de outubro de 1962.

Senhor Presidente,

Recebi com apreço e meditei com atenção a carta em que Vossa Excelência houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituírem ameaça aos países deste hemisfério. Nessa carta, Vossa Excelência também solicitou o apoio do Brasil para as medidas que o seu Governo proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta de São Francisco.

Já é do seu conhecimento o pronunciamento, no primeiro desses Conselhos, do delegado do Brasil. Quero, entretanto, aproveitar o ensejo para fazer a Vossa Excelência, com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam o meu apreço pessoal por Vossa Excelência e a tradicional amizade entre os nossos povos, algumas considerações, tanto sobre a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vêm prevalecendo nas decisões da OEA.

Vossa Excelência conhece a fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental. Dentro dessa fidelidade, os nossos países já combateram lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas e nos impuseram, proporcionalmente e de modo diverso, pesados prejuízos materiais.

Os sentimentos democráticos do povo brasileiro e do seu governo são hoje, porventura, maiores e mais arraigados do que no passado, porque com o volver dos anos e a aceleração do desenvolvimento econômico, fortaleceram-se estabilizaram-se as nossas instituições políticas, sob o princípio da supremacia da lei.

Era natural que paralelamente ao fortalecimento da democracia se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública.

No discurso que tive a honra de pronunciar perante o Congresso norte-americano em 4 de abril de 1962, procurei resumir e enunciar com clareza os aspectos dominantes de nossa posição nos seguintes termos:

"A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfico ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção ao homem e à preservação de sua liberdade".

A defesa do princípio de autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável à preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.

É, pois, compreensível que desagrade profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano, inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade. Por isso, o Brasil na VIII Consulta de Chanceleres Americanos se opôs à imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram apontados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade de um ataque armado.

Ainda agora, entretanto, Senhor Presidente, não escondo a Vossa Excelência a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação *in loco*, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.

Receio que nos tenhamos abeirado sem, antes, esgotar todos os recursos para evitá-lo, de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de Vossa Excelência, no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.

Não quero encerrar, porém, esta carta, Senhor Presidente, sem acrescentar às considerações nela feitas a expressão de meus receios sobre o futuro imediato da OEA. Nos últimos tempos, observo que as suas decisões vêm perdendo autoridade à medida que se afastam da correta aplicação das suas próprias normas estatutárias, e que são tomadas por maioria numérica com injustificável precipitação. A isso cabe acrescentar a tendência para transformar a Organização num bloco ideológico intransigente, em que, entretanto, encontram o tratamento mais benigno os regimes de exceção de caráter reacionário.

Permito-me pedir a atenção de Vossa Excelência para a violação do art. 2o. da Carta de Bogotá, que se está correndo o risco de cometer para evitar a adesão de novos Estados por motivo de ordem ideológica. Permito-me ainda recordar a aplicação imprópria da Resolução II de Punta del Este sobre vigilância e defesa social, que não autoriza a organização encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país, para evitar que se firam os melindres de Estados soberanos, e que agora se pretende abusivamente invocar justamente para a execução de uma investigação dessa natureza. A esses casos acrescento o da criação do Colégio Interamericano de Defesa. Este órgão não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa, mas seus efeitos podem ser negativos se, a título de problemas de segurança interna, passar ele a estudar questões da competência privativa dos Estados sobre as quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais.

Estou certo de que Vossa Excelência compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que o povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram, sob o disfarce do

anticomunismo, defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando, desse modo, o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anticomunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.

Veja Vossa Excelência, Senhor Presidente, nestas considerações, que pretendia desenvolver pessoalmente, ao grato ensejo de sua visita ao Brasil, uma expressão do propósito de melhor esclarecimento mútuo sobre as aspirações e as diretrizes do povo brasileiro.

Renovo a Vossa Excelência a certeza de minha melhor estima e apreço.

João Goulart

Bibliografia

http://74.125.47.132/search?q=cache:c86gNxKX6loJ:ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias3/crisecu.htm+%22crise+de+cuba:+troca+de+cartas+entre+os+presidentes+dos+Estados+Unidos+e+do+Brasil%22&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)